



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura

Número: 71

IV Sessão Legislativa

Horta, Terça- feira, 14 de Novembro de 1995

Presidente: Deputado Humberto Melo

Secretários: Deputados Gaspar da Rosa e Hélio Pombo (Substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado António Gomes)

Sumário

(Os trabalhos tiveram início pelas 10.20 horas)

Período de Antes da Ordem do Dia

Depois de lida a correspondência entrada na Mesa da ALRA, deu-se continuidade à discussão do Voto de Protesto apresentado pelo PCP pelo facto de "No passado dia 21/11/95, em território da Região Autónoma, ter sido realizada, à margem da lei, uma tourada com touros de morte".

Usaram da palavra os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (*PS*), Jorge Valadão (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Aurélio da Fonseca (*PSD*) e Alvarino Pinheiro (*PP*).

O supra-citado voto foi rejeitado por maioria.

Em seguida, foi apresentado um Voto de Pesar, subscrito pelos Grupos e Representações Parlamentares, pelas "mortes de Filipe Jesus Cabeceiras Furtado, Vereador da Câmara Municipal de Vila do Porto, António Braga Monteiro,

encarregado de Obras e do trabalhador Manuel de Sousa", o qual foi aprovado por maioria.

O voto em referência foi apresentado pelo Dep. Hélio Pombo (*PS*) e foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, iniciou-se o Período das Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região, em que intervieram, a diverso título, os seguintes Srs. Deputados:

Manuel Serpa (*PS*), Rui Melo (*PSD*), Manuel Ávila (*PSD*), António Gomes (*PS*), Manuel Brasil (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*), Aurélio da Fonseca (*PSD*), Duarte Pires (*PS*), Mark Marques (*PSD*), Gastão Pacheco (*PSD*), Jorge Nascimento Cabral (*PSD*), Hélio Pombo (*PS*), Rui Pedro Ávila (*PS*), João Cunha (*PSD*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Educação e Cultura (*Bento Barcelos*) e da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Jaime Medeiros*).

Período da Ordem do Dia

Neste período foram apreciadas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- Proposta de Resolução sobre "Apuramento do real montante da Dívida Pública Regional".

Usou da palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*), tendo sido aprovada por unanimidade.

- Relatório elaborado pela Comissão especializada sobre a "Saída de doentes da Região Autónoma dos Açores".

Sobre este assunto usaram da palavra os Srs. Deputados Fernando Fonte (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Álvaro Manito (*PSD*), José Nascimento Ávila (*PS*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Manuel Serpa (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (*António Menezes*).

O relatório acima mencionado foi aprovado por maioria.

- Ante-Proposta de Lei sobre "Medidas excepcionais tendentes a minorar os efeitos sócio-económicos da redução do destacamento das forças dos Estados Unidos da América na Base das Lajes".

Sobre este assunto intervieram os Srs. Deputados Francisco Oliveira (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Jorge Valadão (*PSD*) e Rui Melo (*PSD*).

Finalmente, foi presente à Câmara uma proposta de Resolução da Mesa da ALRA, declarando findo o período legislativo de Novembro, a qual foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 14.00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, bom dia. Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PSD** - Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Almeida, Aurélio da Fonseca, Carlos Morais, Carlos Silva, Eugénio Leal, Gaspar da Rosa, Gastão Barbosa Pacheco, Homem de Gouveia, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Cabral, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Gonçalo Botelho, José Manuel Nunes, Manuel Brasil, Manuel Gil Ávila, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Luís, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; **PS** - António Gomes, António Silva Melo, Fernando Fonte, Hélio Pombo, Manuel Serpa, Martins Goulart, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; **PCP** - Paulo Valadão; **Deput. Indep.** - Manuel António Martins).*

Presidente: Estão presentes 36 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura do expediente e da correspondência.

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Do Presidente da Assembleia Municipal de Santa Cruz das Flores, cópia do ofício e abaixo-assinado endereçado ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas da Secção Regional dos Açores.

** (O documento acima mencionado encontra-se arquivado no respectivo processo)*

Secretário (*Hélio Pombo*): Da Associação Ecológica, "Amigos dos Açores", envio da tomada de posição relativa ao envolvimento de políticos na violação da lei que proíbe as touradas de morte que diz o seguinte:

"A Associação Ecológica AMIGOS DOS AÇORES vem, mais uma vez, publicamente manifestar a sua já há muito conhecida total condenação das touradas de morte, agora que foi recentemente realizada uma numa quinta privada da Terceira.

As touradas de morte são proibidas em todo o território nacional desde 1836, numa Lei que teve como grande impulsionadora D. Maria II, A Educadora. No entanto, nos Açores, com o apoio descarado de políticos e governantes regionais, não é esta a primeira vez que se defende o bárbaro espectáculo das touradas de morte e a violação da legislação em vigor.

Basta recordar o que se passou em 1988 quando certo Secretário Regional tentou fazer passar num Conselho do Governo Regional uma Proposta de Decreto Legislativo Regional visando autorizar a realização na Terceira desse triste "divertimento" de fazer sofrer um animal até a morte. Felizmente, na altura, foram tantas e importantes as vozes que se associaram à campanha internacional promovida, por esta associação, contra essa iniciativa que o então Presidente do Governo Regional acabou por colocar ponto final na polémica, garantindo ao Director do prestigiado EUROGROUP FOR ANIMAL WELFARE que a mesma não iria por diante.

A Associação Ecológica AMIGOS DOS AÇORES não pode deixar de lamentar que se verifique o envolvimento de personalidades com responsabilidade política e governativa no desrespeito pela Lei. Comportamentos como esse deviam ser imediatamente punidos com a demissão de todo e qualquer cargo público e impeditivos de qualquer nomeação futura para outros exercícios de actividades na administração pública.

A Direcção dos AMIGOS DOS AÇORES.

Outubro de 1995".

Secretário (*Gaspar da Rosa*): De um grupo de Ganadeiros da Ilha Terceira, nomeadamente Ganadaria de Rego Botelho, Casa Agrícola José Albino Fernandes,

José Eduardo Fernandes Silva e Ezequiel Vieira Rodrigues, um ofício cujo teor é o seguinte:

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores.

Tendo tomado conhecimento do voto de protesto apresentado nessa Assembleia pelo deputado comunista, Sr. Paulo Valadão, na passada semana, contra o facto de se ter morto um toiro na ilha Terceira na presença do senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas, vêm os criadores de toiros terceirenses apresentar a essa Assembleia, e na pessoa de V. Exa, o seu mais vivo repúdio e a maior indignação por esse facto. O voto do referido deputado, para além de repugnante peca, desde logo, por absoluta imprecisão dada à forma como foi apresentado.

Em primeiro lugar porque não se tratou de uma corrida de toiros mas, tão só de uma festa campera privada a que assistiram unicamente pessoas convidadas pelo dono da casa.

Em segundo lugar, e que nós sabemos, não esteve presente na dita festa o Secretário Regional referido, mas sim o cidadão aficionado Sr. Dr. Adolfo Ribeiro Lima, entre cerca de duzentas pessoas nacionais e estrangeiras.

Assim, o referido voto de protesto, peca sobretudo, pelo facto de se pretender comprometer politicamente a pessoa em questão, que nos parece uma atitude indigna e reveladora da maior falta de carácter.

Esperamos, sinceramente, que essa Assembleia saiba respeitar a liberdade e a privacidade dos cidadãos que também o elegeram.

Angra do Heroísmo, 12 de Novembro de 1995.

Ganaderia de Rego Botelho

Casa Agrícola José Albino Fernandes

José Eduardo Fernandes Silva

Ezequiel Vieira Rodrigues

Representados por: *José Baldoze e Rego Botelho*".

Secretário (*Hélio Pombo*): Da Tertúlia Tauromáquica Terceirense, um ofício do seguinte teor:

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores.

A Tertúlia Tauromáquica Terceirense, ao tomar conhecimento do voto de protesto apresentado nessa Assembleia, pelo deputado comunista Sr. Dr. Paulo Valadão, contra o facto de no passado dia 21.10.95 se terem lidado e morto dois novilhos-toiros na Ilha Terceira, vem junto de V. Exa. manifestar o mais vivo repúdio pelas razões e considerandos que passamos a referir:

1 - Não se tratou de uma corrida formal de toiros, mas sim duma festa campera, privada, e à porta fechada, sem qualquer fim lucrativo como é evidente;

2 - A presença do Sr. Dr. Adolfo Lima, bem como de outras personalidades, entre os convidados, foi feita despida dos seus cargos públicos, e na qualidade de simples aficionados;

3 - Lamentamos e insurgimo-nos pelo facto do referido deputado ter pervertido os acontecimentos ao pretender aproveitar esta situação para, maldosamente e indignamente comprometer politicamente o SRAP;

4 - O espírito que norteou a realização por parte do dono da Quinta teve a ver unicamente com o gosto de comemorar a presença centenária naquele mesmo recinto do toureiro espanhol de alcunha "Mateito" que, tal como agora lidou e estoqueou um novilho. Tratou-se por assim dizer de fazer reviver e dar forma a um acontecimento que teve naquela época a importância que, estas coisas conferem a quem ama verdadeiramente a FESTA BRAVA;

5 - Do nosso ponto de vista, e até provas em contrário, a ilegalidade deste acto não difere em nada de outros tantos que se calhar todos os dias se praticam por este país fora, como sejam a matança de porco, as caçadas ilegais etc., bem como nesta área, o que todos os anos acontece em Barrancos, Golegã e propriedades privadas portuguesas;

6 - Em face do exposto a Tertúlia Tauromáquica Terceirense, solicita a essa Assembleia o melhor bom senso relativamente ao desfecho deste assunto, chamando a vossa especial atenção para o descontentamento que esta atitude causou nos aficionados terceirenses, que o mesmo é dizer, à maioria do Povo desta terra, com a agravante, além do mais, da iniciativa ter saído do deputado do Partido Comunista, a

quem não reconhecemos estatuto nem competência para tal, nem expressão da vontade popular.

Angra do Heroísmo, 12 de Novembro de 1995

Saudações taurinas

Assina: *A Direcção*".

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que tomem o silêncio para continuarmos com os nossos trabalhos.

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Um requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Regional do PS António Gomes, que diz o seguinte:

"O VI Governo Regional manifesta, no seu programa, a intenção de cooperar com os órgãos de comunicação social visando a prestação qualitativa da informação ao consumidor e propõe-se participar na consolidação dos processos de microcobertura local pela empresa concessionária do serviço público de radiotelevisão.

Tal intenção reveste-se de extraordinária importância e deve, na minha opinião, ser aproveitada para colmatar uma grande lacuna, ao nível informativo, com que ainda hoje nos deparamos. Refiro-me à péssima cobertura, por parte da RTP/Açores, dos acontecimentos dignos de notícia e que só o não são por se verificarem em ilhas onde a atrás citada empresa não tem delegações. Encontra-se nesta situação a Ilha de São Jorge.

Sei que a RTP/Açores tenta atenuar esta grande falha, socorrendo-se de câmaras de vídeo semi-profissionais e da disponibilidade de alguns habilidosos que operam telecomandados, ou seja, ao toque de uma ordem exterior. Neste caso temos o exemplo do que se passa na Ilha de São Jorge, onde existe um dos ditos operadores que só lhe garantem o pagamento do seu trabalho quando o mesmo lhe é solicitado pela Delegação de Angra do Heroísmo da RTP. Por sua iniciativa sujeita-se a perder o seu tempo e a suportar os respectivos encargos. Como se isso não bastasse, esta metodologia, inadequada, é ainda penalizada pelo facto de todos os trabalhos executados na Ilha de São Jorge terem de ser enviados para a Delegação de Angra via

aérea o que deixa de ser notícia quando por condições atmosféricas os aviões não escalam a acima referida Ilha.

Neste pressuposto, vezes sem conta, assistimos a um sistemático mas legítimo descontentamento das populações quanto ao deficiente trabalho de cobertura que a RTP presta em algumas ilhas dos Açores. A exemplo disso temos as recentes reclamações dos jorgenses em relação à omissão noticiosa dos efeitos da tempestade tropical Tânia na sua Ilha.

Tendo em vista que estas situações podem ser tecnicamente ultrapassadas com a utilização de meios humanos e materiais, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais em vigor solicito ao Governo Regional o seguinte.

- Está ou não disposto a cooperar financeiramente com a RTP/Açores, no sentido de serem equipadas todas as ilhas dos Açores com feixes hertzianos e permitir melhores condições de trabalho aos operadores da RTP distribuídos pelas ilhas onde não existem delegações? Em caso afirmativo quando prevê a consecução desta tão justa pretensão?

Horta, 10 de Novembro de 1995

O Deputado Regional do PS, António Lopes Gomes".

Secretário (Hélio Pombo): Consideram-se aprovados os Diários da Assembleia Legislativa Regional n.ºs 61 e 62.

Está presente à Sessão Plenária o Diário da Assembleia Legislativa Regional n.º 63.

Presidente: Passemos agora à apreciação dos votos.

Na nossa última reunião, ficou pendente o Voto de Protesto sobre "As Touradas de Morte" apresentado pelo Partido Comunista Português.

Como esse voto já foi apresentado, vamos passar à discussão do mesmo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Porque a leitura do Voto já tem alguns dias, eu relembro que o protesto veemente foi apresentado por se ter realizado uma tourada à margem da lei, com touros de morte e também contra o facto de, pelo menos, um membro do Governo Regional ter estado

presente no referido acontecimento. Pedia que fossem desencadeados adequados procedimentos legais contra os organizadores e ao Sr. Presidente do Governo Regional que apurasse o grau de responsabilidade de qualquer membro do seu Governo nesta situação.

Resumidamente, a respeito desse voto, pode dizer-se que os factos que têm significado jurídico ou legal, não têm alcance político, são meros casos de polícia, e os factos a que se pretende dar alcance político, não têm significado jurídico ou penal.

Em comprovação do que fica dito, vejamos o que é que dispõe a legislação a esse respeito.

A legislação em vigor sobre essa matéria, está presente no Decreto n.º 15355, de 11 de Abril de 1928, assinado por António Óscar Fragoso Carmona que, depois de dizer no artigo 1.º "ficam absolutamente proibidas as touradas com touros de morte, quer quando realizadas nas praças a esse fim destinadas, quer em qualquer outro recinto para esse fim improvisado.

A sua violação implica as seguintes penas:

- 1.º - O proprietário dos touros ou novilhos perde-los-á em favor da assistência pública;
- 2.º - Os empresários das praças onde se realizar a corrida serão punidos com multa de 50 contos;
- 3.º - O matadouro será punido com prisão correcional até 3 anos, agravada com multa nunca inferior a 10 contos e não mais poderá trabalhar em praças portuguesas.

As penas culminadas são aplicadas em processo correcional."

Como podemos ver, os factos que a lei dá alcance jurídico ou alcance penal, são para o proprietário dos touros, para o empresário da praça e para o matadouro. Estas entidades é que são arguidas em responsabilidade pela lei.

Como é óbvio, trata-se de casos de polícia em relação aos quais deve ser seguido o processo legal e como se sabe, pelas informações que se conhecem o mesmo está em curso.

É evidente que não vamos dar qualquer significado político a esses casos. No caso concreto, não há nenhum significado político em relação ao ganadeiro que cedeu os touros, a praça ou o toureiro espanhol que aplicou a estucada fatal ao touro.

Para além disso, convém ter em conta algumas circunstâncias para perceber-se que gravidade é que a legislação dá a essas entidades e a esse procedimento ilegal e também qual tem sido a prática da jurisprudência a esse respeito.

Vejamos as duas coisas:

Em 1991 toda a legislação relativa à tauromaquia considerada indiscutivelmente parte integrante do património da cultura popular portuguesa - o que se esquecem algumas pessoas que gostam muito de evocar a cultura popular portuguesa - em 91 foi publicada legislação, o Decreto-Lei n.º 206/91, de 17 de Agosto, e um Decreto Regulamentar que aprovou esse Decreto-Lei n.º 62/91, de 29 de Novembro que reformulou toda a legislação e estabeleceu as respectivas coimas para penalidades como - e leio só a título de exemplo - "a não utilização dos trajes tradicionais do grupo de forcados, a publicidade irregular, o envolvimento do horário de abertura da praça ao público, a falta da banda de música e a fixação de preços, a falta de redes puras, a falta de instalação de balanças, a falta de instalação dos esconderijos entre barreiras, a falta de instalação de áreas designadas, a falta da filarmónica, a falta de equipamento do posto de socorros , etc", estabeleceu coimas actualizadas para todas essas irregularidades, coimas essas que vão entre 25 mil ou 500 contos, ou 250 contos ou 100 mil e 500 contos e a propósito da maioria das quais, também é punida a negligência.

Perguntar-se-á porque é que fazendo isso, a legislação em 91 pretendeu actualizar e reflectir na legislação aquilo que o legislador entende como sendo grave no aspecto tauromáquico, não retomou nem sequer na actualização das penas a legislação de 28?

Hoje, ficamos perante essa situação que a tourada feita em publicidade irregular, a penalização é de 100 mil a 50 mil contos, mas se houver a morte de um touro vai de 10 mil escudos a 50 mil escudos.

Além disso, em relação à jurisprudência dos seis exemplos que existem, dois dos anos 50, três dos anos 70, um dos quais foi uma tourada com 6 touros que foram mortos em Vila Franca, um dos anos 80 e um do ano passado, não há qualquer aplicação de penalização.

É dentro deste quadro de medidas que devemos apreciar o voto que está formulado de tal forma inadequada aos factos e à legislação que, não merecendo o nosso voto a favor, não merece o nosso voto contra.

Portanto, a nossa posição, já que não está nas nossas mãos retirar um voto tão mal formulado, só pode ser de abstenção em relação a um voto totalmente inadequado aos factos e à legislação.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Voto de Protesto apresentado pelo Partido Comunista Português, envolve duas vertentes, ou seja, a condenação das touradas de morte e uma condenação política do Secretário Regional da Agricultura e Pescas, com base em argumentos estritamente de ordem jurídica.

Quanto às touradas com touros de morte que o Partido Comunista condena, envolvem considerações de ordem cultural, nomeadamente quanto aos açorianos terceirenses que vivem a realidade dos touros de forma muito intensa no quadro das diferenças culturais que enriquecem os Açores.

Por outro lado, e conforme disse o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, é criticamente discutível a legalidade dos touros de morte.

O Voto do Partido Comunista, por incrível que pareça, assenta paradoxalmente, numa legislação do tempo de uma ditadura.

O Voto de Protesto não discute se deviam ou não ser cometidos tais delitos.

O nosso sentido de voto não se concentrará neste aspecto, mas sim no protesto dirigido de modo especial ao Secretário da Agricultura e Pescas.

Nesse sentido, o Voto de Protesto do PCP é um voto hipócrita, na medida em que se o Dr. Adolfo Lima não estivesse presente nessa iniciativa, naturalmente que o Partido Comunista Português não teria apresentado tal voto.

Não cabe a esta Assembleia recomendar, conforme preconiza o voto, que sejam desencadeados adequados procedimentos legais contra os organizadores desta tourada de morte, como pretende o PCP, nem cabe ao Presidente do Governo apurar as responsabilidades jurídicas de qualquer membro do Governo.

O princípio da divisão dos poderes nem a isso aconselha. Não se deve abrir qualquer precedente neste Parlamento, no sentido de que cabe a uma Assembleia Política recomendar aos órgãos jurisdicionais competentes aquilo que, ao que se sabe, já estão a fazer.

Os problemas do cumprimento da legalidade no plano individual, são da competência dos tribunais e não deste Parlamento. O eventual envolvimento pessoal do Secretário da Agricultura e Pescas naquela iniciativa, é algo que cabe aos órgãos competentes.

Só depois deste órgãos se pronunciarem, poderá ou deverá este Parlamento tomar posição. Antes de qualquer decisão dos tribunais competentes, nós não vamos antecipar qualquer juízo político que afinal assentaria na condenação de uma conduta jurídica e eventualmente proibida.

O nosso voto será contra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Voto que apresentámos é de facto um voto de censura política, porque, ao contrário do que diz o Sr. Deputado do Partido Socialista, um acto de violação da lei por um político, em nosso entender, é um acto que tem que ser censurado politicamente. É um acto que merece a análise política porque não é feito por um cidadão qualquer. É executado por um cidadão que exerce funções políticas e que responde perante esta Casa. Se esse cidadão responde perante esta Casa, o seu comportamento como membro do Governo tem que ser analisado aqui, porque foi nessa qualidade que esse cidadão participou neste crime.

Aliás, estranho muito que o Sr. Deputado Jorge Valadão, com os conhecimentos jurídicos que lhe reconhecemos, venha pôr em dúvida a jurisdição sobre esta matéria.

Aliás, a legislação do tempo de ditadura, seja a ditadura militar ou fascista, não é pelo facto de se entrar em democracia, como o Sr. muito bem sabe, que desaparece pura e

simplesmente. Ai de nós ou de qualquer país, se toda a legislação de determinada época, por muito má que essa época tenha sido, com o transformar da sociedade toda essa legislação fosse posta de lado. O Sr. sabe perfeitamente as consequências que daí adviriam.

É evidente que a legislação existente não foi revogada. O Decreto 500 355, neste momento, está em plena execução apesar de ser de 28, como está em execução ainda neste País legislação da Primeira República Portuguesa e muita legislação que deve ser respeitada pelos cidadãos e, fundamentalmente e acima de tudo, tem muito mais obrigação de a respeitar cidadãos que exerçam funções políticas como é o caso do Secretário da Agricultura e Pescas.

Mas não é só esta legislação que está em causa. Está em causa legislação muito mais recente.

O Sr. Deputado do Partido Socialista referiu legislação de 91, legislação essa que não revogou, nem contrariou, nem alterou absolutamente nada a legislação de 1928.

Por outro lado, a Lei 92/95, de 12 de Setembro, "Lei de Protecção dos Animais", vem confirmar aquilo que existe na legislação de 1928, ou seja, no seu artigo 1.º proíbe todas as violências injustificadas contra animais. Neste caso concreto, é uma violência gratuita, injustificada e absolutamente bárbara contra o animal.

O facto de estarem numa propriedade particular, nada impede que o crime tenha sido cumprido. Aliás, eu repito o termo "crime", porque é como a legislação de 1928 classifica este acto que estamos a apreciar.

A "Lei de Protecção dos Animais", 92/95, vem confirmar aquilo que vem legislado desde 1928.

Por outro lado, a Convenção Europeia de Protecção dos Animais que veio subscrita por Portugal é perfeitamente clara contra estas atitudes bárbaras contra os animais.

Tanto o Sr. Deputado do Partido Socialista como o Sr. Deputado do Partido Social Democrata vêm dizer que isto tem a ver com o património Cultural Português. Ó Srs. Deputados, é preciso fazer tábua rasa da história da tauromaquia portuguesa e açoriana, para vir para aqui dizer que os touros de morte fazem parte da nossa tradição! Pelo amor de Deus, Srs. Deputados!

A tradição portuguesa nada tem a ver com o acto de agressividade que se provoca nas touradas de morte como aquela que se realizou na Ilha Terceira.

Efectivamente, a tradição portuguesa e a tradição terceirense da tourada de corda, é um respeito e respeita o animal, ao contrário das touradas de morte que nada têm a ver com o respeito pelos animais.

Aquilo que está em causa aqui, é de facto a censura que se vem fazer nesta Casa, porque é o local onde ela deve ser feita, a um membro do Governo que entra numa ilegalidade, um membro do Governo que pratica um crime público, apesar de ser cometido numa propriedade privada! Esta é a realidade!

Deputado Jorge Cabral (PSD): Ele é que matou o touro Sr. Deputado?!

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim da discussão deste Voto de Protesto. Vou pô-lo à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Protesto apresentado pelo Partido Comunista Português, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Voto de Protesto foi rejeitado com 24 votos contra do PSD, 15 votos de abstenção do PS, 1 voto de abstenção do Dep. Ind. e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

- Considerando a salvaguarda da nossa identidade cultural que, mais do que nunca, deve estar hoje constantemente presente no universo das nossas preocupações quotidianas;

- Considerando que de entre as tradições mais arreigadas no espírito da nossa gente, com especial relevo, sem dúvida, na alma dos açorianos nascidos e criados na Ilha Terceira, a "Festa Brava" ocupa, inegavelmente, um lugar que merece um destaque muito particular;

- Considerando o esforço que tem vindo a ser desenvolvido por parte de um conjunto apreciável de aficionados, da dita "Festa Brava", no sentido da dignificação da mesma

e duma progressiva aproximação àqueles valores que a tornam mais consentânea com aquilo que é considerado o padrão máximo desta soberba manifestação artística;

- Considerando que subjacente a toda esta movimentação está, como não podia deixar de ser, um gostar muito especial do toiro, que é apanágio de quem vibra ao vê-lo crescer e correr pelas nossas verdejantes pastagens, à medida que vai ganhando aquelas características que são indispensáveis à concretização de uma boa lide, e que sofre quando o castigo a que possa vir a ser sujeito afronta a sua nobreza e o faz padecer para além daqueles limites que a sabedoria e o bom senso do nosso povo acha razoáveis;

- Considerando que o voto de protesto apresentado a esta Câmara pelo Partido Comunista Português nada tem a ver com estes pressupostos, antes pelo contrário sob a capa de um pretenso apego à legalidade, que nos honramos de prezar não visa, em suma, mais do que tão só atingir, de forma que nos abstemos de classificar, pessoas ou personalidades que ocupam ou desempenham funções por demais conhecidas, afrontando em última instância, o que há de melhor e de mais autêntico na "Aficion" da nossa gente e no seu gosto pela valentia, garbosidade, beleza e coragem que são imagem de marca da festa, em questão aliás, diga-se de passagem, por parte de quem, ao proceder assim, evidência não ter um mínimo de sensibilidade para com estes valores;

Posto isto:

O Partido Social Democrata votou contra o Voto de Protesto, em questão, sobretudo considerando os argumentos de ordem legal que foram invocados pelo seu Grupo Parlamentar, de forma a deixar bem expresso que não pactua com atitudes inconfessáveis, como esta, do Partido Comunista Português, que visam, numa linha em que são useiros e vezeiros, meramente, atingir pessoas ou instituições, sem olhar aos meios que para tal sejam necessários.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o facto de termos votado isolados o nosso Voto de Protesto, nada nos leva a concluir que não tínhamos razão.

Agora, mais do que há alguns minutos, consideramos que ainda temos mais razão. E depois de ouvir as afirmações feitas, em relação a esta matéria, ainda consideramos que a razão está cada vez mais do nosso lado, porque aquilo que se procura censurar e aquilo que nós censuramos, são os crimes que se cometem nesta Região, sejam eles quais forem e sejam eles praticados por quem for.

Em nosso entender, não se deve fechar os olhos aos crimes quando são praticados por pessoas que têm altas responsabilidades. Se essas pessoas têm altas responsabilidades, elas próprias devem evitar a prática e atitudes como aquelas que estamos a analisar.

Consideramos que o respeito que merecem as nossas tradições é uma das razões e uma razão forte para apresentação deste Voto.

Presidente: O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pede a palavra com que finalidade?

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, eu tenho alguma dúvida se posso usar para declaração de voto.

Presidente: Não pode Sr. Deputado por isso perguntei-lhe com que finalidade é que pretende usar da palavra.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, eu queria informar a Mesa no sentido de que lamento não ter tido possibilidade de estar presente na discussão desta matéria e estou muito satisfeito com a atitude que o PSD tomou.

Muito obrigado.

Presidente: Passemos ao Voto de Pesar que deu entrada na Mesa subscrito pelos vários Partidos com assento na Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Eu pedia ao Sr. Deputado Hélio Pombo o favor de o apresentar.

Secretário (Hélio Pombo): Voto de Pesar

"A vida, essa inexorável sucessão dos dias e das noites, regista acontecimentos que preenchem autênticas páginas negras na história da humanidade dos Países e Regiões, das pequenas comunidades.

A atitude do Homem contradiz, tantas vezes, a sua tão apregoada racionalidade, que o distingue dos restantes seres vivos que habitam o Planeta Terra, nosso berço, nosso espaço vivencial, nosso resguardo na inevitável morte.

Ontem, o pequeno e pacífico aglomerado populacional da Ilha de Santa Maria, foi surpreendido pelas trágicas mortes de seres humanos, causadas por um homem motivado pelo disfuncionamento das suas capacidades psicológicas.

Em estado de choque, os habitantes de Santa Maria em particular, e dos Açores em geral, custam a compreender as razões de um acto tresloucado e irracional, que tirou a vida a três cidadãos.

A surpresa da notícia, o horror da realidade, a causa e o efeito de um impulso individual, mobilizaram todas as atenções e sacudiram a normal pacatez de uma ilha.

E registou-se mais uma página negra da História do Homem, brutalmente escrita a sangue, lágrimas e desesperos.

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores, órgão máximo da representatividade dos cidadãos da Região Autónoma, exprime o seu pesar pelas mortes de Filipe Jesus Cabeceiras Furtado, Vereador da Câmara Municipal de Vila do Porto, de António Braga Monteiro, encarregado de obras e do trabalhador Manuel de Sousa e, consternada, apresenta as suas sentidas condolências às famílias enlutadas.

Horta, Sala das Sessões, 14 de Novembro de 1995".

Presidente: Como tinha referido, todos os Grupos e Representações Parlamentares com assento na Assembleia, subscrevem este Voto.

Fica assim reposta a posição que tinha sido acordada entre os Sr. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins.

Deputado Manuel António Martins (Ind.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu só queria lembrar que o Sr. Deputado não mencionou a minha pessoa como Deputado Independente que também faço subscrever esse Voto.

Presidente: A Mesa regista, mas eu não tenho que fazer nenhuma menção. O Sr. Deputado é que tem que manifestar à Sala, aos Srs. Deputados, que tem intenção de subscrever o Voto.

Está aberta discussão sobre este Voto.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este Voto de Pesar, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O Voto de Pesar, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao **Tratamento de Assuntos de Interesse Relevante para a Região Autónoma dos Açores.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É a primeira oportunidade que me surge em público de saudar V. Exa., o Vice-Presidente e desejar a todos os membros do Governo muita sorte no desempenho das vossas funções.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As mutações são a constante de uma era marcada pela contínua superação do homem até limites inimagináveis.

Os dados processam-se, a ritmos elevados, aparecendo, rapidamente, estampados nos écrans do progresso.

Alterar, modificar, reduzir, reformar, substituir, transferir, são dados do processo político que as regras democráticas, eficazmente, implementam.

A mudança, no aspecto político, traz sempre uma aragem refrescante a enfunar as velas da esperança porque alicerçada numa nova forma de governar, de gerir e de agir.

No dealbar de uma nova fase da vida política regional, com a entrada em funções de um novo Governo - o sexto - exigir-se-ia mais do que o apetrechamento de novos meios humanos e materiais para uma acção concertada em prol do desenvolvimento regional e para as tais mudanças que, no quotidiano, são imperiosas e brotam com expressiva premência, exigir-se-ia, repito, um rompimento radical com uma prática governativa lesiva dos interesses do povo dos Açores.

Do programa do sexto governo, que foi analisado e discutido, do seu conteúdo programático e das explanações atinentes, vertem ilações de continuidade, de persistência em fórmulas esgotadas e perniciosas.

Os sinais de novas atitudes comportamentais serão sempre saudados e o reflexo aguardado com redobrada expectativa democrática. Porque a este ou a qualquer Governo exige-se, sobretudo, uma política de verdade, porque a missão fundamental de um Governo consiste em afirmar a política da verdade a fim de que exista uma verdade da política.

O sexto tem a marca da continuidade de um governo que, pesem as piedosas defesas, com exórdios cautelares à laia de desobriga, resvalaram para caminhos de ingovernabilidade e de injustiça social, renegando promessas, atropelando princípios, defraudando as perspectivas positivas das populações.

Os senhores já o afirmaram categoricamente: "Não queremos romper com o passado". Olhem que o passado tem coisas muito tristes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta onda de efervescência excitante com a exigência do cumprimento rigoroso, com vírgula e tudo, de promessas eleitorais por parte do Governo da República, quero lembrar, nesta Casa e neste contexto precioso, que para os Governos que vos antecederam, os Planos Regionais não passavam de uma carta aberta de mentiras.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Com verbas inscritas para obras que não viram a luz do dia, com postergamentos humilhantes e desesperantes, sem a coragem de opôr à verba a elucidação: Pagamento de dívidas mais pagamento de dívidas, mais pagamento de dívidas, mais pagamento de dívidas.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Dívidas, fruto de frenéticas loucuras.

E um Plano, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não é mera promessa eleitoral . O que lá vem vincula com obrigatoriedade, com verbas próprias, tudo aprovado no órgão máximo da autonomia, a Assembleia Legislativa Regional.

Apetece perguntar neste Novembro - sempre a cidade dos crisântemos esquecidos - onde estão sepultadas as verbas que todos os anos se repetem para fins e objectivos nunca conseguidos e lembrar que com elas também se enterraram muitos sonhos e esperanças.

Assim chocou-me profundamente, ver os grandes obreiros das grandes mentiras dos planos à cata de o não cumprimento de um compromisso eleitoral. A desfaçatez tem limites!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Deveria ter!

O Orador: Há aí no seio do vosso governo, alguns pagadores de promessas. Que não têm perdão!

Os senhores sentem-se orgulhosos deste passado?

E a política erroneamente implementada, em que sempre campeou a sede infernal do poder, apregoando, embandeirando, mas nunca concretizando a Autonomia descentralizada e descentralizadora que todos os açorianos sonharam?

E o clientelismo? E as organizadas mesas de partilha política nas quais se quinhoaram benesses e premiaram apoios?

E a manutenção feroz de um "status quo" herdado sem um planeamento harmónico que tivesse em consideração as potencialidades da ilha, de todas as ilhas deste Arquipélago?

E o esbanjamento a esmo? Atiraram-se projectos de milhares de contos para o caixote do lixo e algumas conquistas foram arrancadas a ferro contra a vontade de alguns poderosos.

Os senhores concordam com este passado?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Somos oposição. A oposição tem direitos, tem o direito inalienável de fazer ouvir a sua voz, aglutinadora das gentes que querem comprar a esperança.

Gente que protesta e padece, que se rebela e por fim obedece, implora e pragueja, invectiva e emudece, condena e também perdoa. E às vezes vota contra o que sente.

Mas gente. Não dizem que toda a gente é pessoa?

A oposição não teme os que tentaram ou tentem renegá-la, porque as oposições são como um remorso que não permite paz, uma verdade imprudente que contraria a narcose da consciência.

Esta oposição, o Partido Socialista, jamais abdicará das suas prerrogativas. E num contexto favorável a nível nacional, profiará na luta pelos Açores e pelos açorianos, como é seu dever. Sempre!

Para nós as pessoas estão primeiro.

Qualquer outra formulação desta problemática ilude o problema e exercita, complacente, uma vã e irritante retórica ou rodopia em compromissos equívocos. Por isso é mister alertar que quando o fio se despedaça e a urdidura se desfaz como uma teia de aranha; quando se deterioram as peças do tear (princípios e leis) e fica em

pedaços também o tecelão - o homem- não se trata de qualquer acontecimento anormal, trata-se sim de uma subversão que desorienta e paralisa.

Assentam aqui, perfeitamente bem, dois preciosos pensamentos: o melhor Governo não é aquele que faz alguns homens felizes, mas aquele que faz o maior número de homens felizes.

Segundo: É preciso, quando se governa, ver os homens tal como eles são e as coisas tal como elas devem ser.

Que fique para reflexão e, naturalmente, despoletar alguns remorsos.

Sem um rompimento radical com esta postura enviezada, aniquilante e passadista, não é possível haver um grande número de homens felizes. Só alguns felizardos.

Rejeitamos, liminarmente, este passado triste e todos os seguidores da causa.

Por isso, apelamos a uma nova ordem, a uma nova postura, a uma nova compreensão da problemática regional.

A bem de todos os açorianos.

Antes de me sentar, há bocadinho saudei aqui os membros do Governo. Gostaria de saudar de uma maneira particular o Sr. Secretário do Turismo e Ambiente.

Nós nascemos na mesma rua, fomos baptizados na mesma Igreja, estudámos na mesma escola, temos o mesmo curso, peregrinámos por esta Região, encontramos aqui em posições diferentes, mas eu acho que é de relevar aquela pequenina, simpática e aconchegada Prainha do Galeão. Ainda bem!

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se não fossem as referências insistentemente sublinhadas na intervenção do Sr. Deputado Manuel Serpa, acerca do passado do PSD, eu não iria usar da palavra.

Não posso de maneira nenhuma nem o PSD poderá, aceitar normalmente que se façam afirmações sobre o seu passado.

O PSD orgulha-se de ter sido e de continuar a ser o partido que tem suportado a governação dos Açores.

Nós cometemos erros, muitas vezes não estivemos à altura dos acontecimentos, mas o que é verdade é que o PSD foi sempre um lutador e o líder do desenvolvimento dos Açores.

Nós não temos vergonha do nosso passado. Agora, admito que os Srs. tenham tido nestes 20 anos vergonha de muitas vezes terem sido oposição que não estava à altura dos acontecimentos.

O PSD vai continuar com a postura séria, impondo-se e demonstrando ao povo dos Açores que não tem toda a razão, mas fará todos os possíveis para continuar a responder às aspirações das nossas populações.

Por isso, Sr. Deputado Manuel Serpa, se eu não o conhecesse, teria interpretado a sua intervenção com grandes posições de arrogância. Não é o seu estilo, e eu reconheço-o, mas não posso dizer que daqui para a frente tudo vai ser melhor e o passado foi mau. Nós continuamos a dizer que nem tudo foi bem, mas achamos positivamente que o passado que o PSD liderou é um passado do qual nos orgulhamos e assim sendo os homens e as mulheres desta terra continuaram e têm continuado a dar a maioria ao PSD. Alguma razão têm para isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Rui Melo usou o direito de qualificar ou caracterizar a atitude da oposição em 20 anos. O que eu fiz naquela tribuna foi precisamente julgar o Governo, a prática governativa, porque na essência da minha intervenção está a **condenação** - eu não condeno todos os actos do Governo - da prática governativa.

A minha intervenção é, sobretudo, um alerta para este Governo, para que de uma vez por todas acabe com essa prática governativa que trouxe grandes males para a sociedade açoriana.

Durante anos, eu vim aqui apregoar aquilo que sentia e a minha intervenção é o reflexo de tudo aquilo que eu disse durante estes anos todos, porque sou de uma ilha em que as pessoas padecem, sofrem, sentem e praguejam.

Venho em nome dessa gente que foi vítima dessa prática governativa, como eu posso demonstrar em qualquer momento, em qualquer circunstância.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Serpa:

Compreendo a vossa resposta. Porém, não pode dar a entender a esta Câmara que o Governo actuou para consigo com discriminação.

O que aconteceu muitas vezes a si, acontece com os Deputados do PSD que vêm a esta Casa alertar e trazer justas aspirações das suas populações, mas o Sr. sabe que nem todas podem ser atendidas e é preciso separar aquelas que são de natureza política, daquelas que têm um intuito político, porque o PSD está mandatado para ser Governo e é o PSD que define as prioridades e os Srs. têm que compreender isso.

Eu também hei-de aceitar se um dia forem governo - espero que não o sejam tão breve - as vossas prioridades.

Neste momento, quem tem condições para definir essas prioridades é o PSD. É o Grupo Parlamentar do PSD junto com o Governo que as define.

Os Srs. Deputados sabem que muitas vezes estamos de acordo com as necessidades, mas não há capacidade financeira para responder a elas.

Deputado Fernando Fonte (PS): Então não prometam!

O Orador: Nós não prometemos Sr. Deputado e nessas coisas de promessas nós vamos deixar passar o tempo. Daqui a três meses quando viermos a esta Casa, já vamos ver quem é que prometeu e não cumpriu!

Deputado Fernando Fonte (PS): Vocês é que prometem e não cumprem!

O Orador: O PSD não se esquece do que promete. Cumpre, só que às vezes não pode ser tão rapidamente, mas acaba por concretizar e vamos continuar nessa postura, porque é uma postura séria, dando resposta dentro das possibilidades da Região, às necessidades das populações.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não ponho em causa as reivindicações que qualquer deputado venha aqui fazer. Eu **condeno** em absoluto a filosofia que esteve subjacente à programação e aos planos de desenvolvimento deste Governo e tenho direito a fazê-lo.

Condeno a filosofia que esteve subjacente, porque ela nunca animou a autonomia descentralizada e descentralizadora a que todos os açorianos têm direito.

Portanto, que fique aqui o registo como súmula da minha intervenção.

Eu condeno, sempre condenei, a filosofia que esteve por detrás daquilo que se planeou, e na minha intervenção fui claro nesse aspecto.

Por isso, que fique bem claro, erros todos têm!

Houve um passado com obras boas, obras que não se fizeram, obras más. Eu não estou a discutir isso!

Estou a discutir um problema de desenvolvimento, um problema de filosofia de desenvolvimento e não gostaria que se repetissem nesta prática governativa do novo Governo, aquilo que aconteceu no passado!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Ávila.

Deputado Manuel Ávila (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O VI Governo Regional dos Açores, tal como os anteriores Governos, apresentou a esta Assembleia o seu Programa a fim de ser apreciado e votado, o qual foi aprovado com os votos favoráveis do PSD.

E apresentou um programa porque é um novo governo, mas um governo do mesmo Partido que o anterior, e emergente das mesmas eleições que deram a maioria ao PSD.

E é necessário não se esquecer que o PSD antes das eleições apresentou aos eleitores dos Açores, para julgamento eleitoral, uma proposta clara para governar os Açores.

O PSD não concorreu às eleições apenas para garantir alguns lugares no Parlamento.

O PSD concorreu, como sempre concorreu e irá concorrer, para ganhar.

Por isto, estranhei algumas vozes que pediam um programa diferente do do V Governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O VI Governo fez o seu programa alicerçado nas traves mestras com que o PSD ganhou as últimas eleições.

Os partidos da oposição têm todo o direito de dizer que está mal e por isso não concordam, o que não têm, é o direito de quererem que nós mudemos o rumo com que a maioria dos açorianos concordou, dizendo sim em eleições livres e democráticas.

Teriam razão, os partidos da oposição, e aí mereceriam o meu apoio, se o VI Governo mudasse completamente a proposta inicial com que o PSD ganhou as eleições.

Aí sim, era enganar os que em nós votaram.

Mas, mais uma vez, o PSD demonstra que trabalha com honestidade e com a mesma firmeza de sempre, para que a nossa Região cada vez seja mais próspera e rica.

Claro que nós sabemos qual é o problema. O problema foi a completa desilusão de alguns porque pensavam, "agora é que o PSD se parte e tudo irá ser mais fácil para nós".

Mas mais uma vez se enganaram aqueles que assim pensavam.

Como sempre, o PSD continua unido e com vontade para continuar a trabalhar, porque o problema de alguns felizmente não é o nosso.

Temos sempre mulheres e homens disponíveis e à altura de exercerem com qualidade os mais altos cargos políticos, e não só, para que o nosso projecto não pare.

E meus amigos, não vai parar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Programa do VI Governo, o nosso programa, contempla nas mais variadas áreas, soluções para que se criem condições de desenvolvimento em todas as Ilhas.

A melhoria e conclusão das actuais infraestruturas portuárias, para que o tráfego inter-ilhas de passageiros e mercadorias seja melhorado é um dos aspectos positivos, porque para além de vir ao encontro do que foi apresentado no nosso programa eleitoral, é também, para algumas Ilhas e Concelhos, a única forma de poderem exportar os seus produtos, assim como receberem turistas em pé de igualdade com outros.

Estas acções, assim como outras, vêm proporcionar que a exportação e a importação de alguns produtos, seja rápida e segura, além de vir a viabilizar as empresas de transportes marítimos existentes na nossa Região.

Na educação, a melhoria do parque escolar impõe-se ser uma das prioridades.

É necessário fazer-se um grande esforço para não deixar o parque escolar existente ficar mais pobre.

Atrevo-me mesmo a sugerir que é preferível reparar na sua totalidade o existente, do que se pensar em construir novos. Refiro-me principalmente ao 1.º ciclo.

E afirmo isto, porque poder-se-á chegar à altura de apenas termos algumas escolas novas, e as que neste momento ainda podem ser reparadas, estarem de forma, a que não valerá a pena gastar-se verbas na sua reparação.

Também na Educação, é necessário estar-se atento a algumas propostas menos claras, vindas dos mais variados sectores que ao serem aplicadas, poderiam pôr em causa todo o esforço realizado por algumas Autarquias e Associações de Pais para fixação de docentes nas suas localidades.

No Turismo, a promoção e o apoio a unidades hoteleiras e similares, tem de ser realizado e pensado para cada uma das nossas Ilhas.

Não podemos e nem devemos pensar e exigir aos projectos turísticos, como por exemplo restaurantes tipo familiar, que tenham as mesmas condições que um restaurante ou hotel de luxo.

Na minha opinião, quanto mais se apostar no turismo tipo familiar, isto claro em algumas localidades, mais estamos a contribuir para a criação de postos de trabalho e também a valorizar o nosso Património Cultural e Natural.

No Desporto, é fundamental continuar a apostar-se no desporto escolar e de recreação, assim como no de rendimento.

No entanto, é necessário estar-se com atenção no que respeita a possíveis grupos com ideias menos claras para o Desporto, que possam levar pessoas bem intencionadas por caminhos que, a exemplo do Continente e até de outros Países Europeus, em nada abonam a favor do Desporto.

É necessário começar-se a dizer que quem quiser, à custa do Desporto e do orçamento da Região, realizar fortunas pessoais, não tem apoio do Governo.

Mas também é necessário dizer-se que quem estiver disposto a trabalhar com jovens, e mesmo adultos, com o intuito de valorizar o ser Humano e a nossa Região através do Desporto, é apoiado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nós estamos no caminho certo.

Se a Região hoje tem a dívida que a Sr.^a Secretária Regional das Finanças aqui anunciou, e muito bem, também temos obra feita.

É evidente para alguns que só conheceram esta Região depois de todas as Ilhas terem aeroportos, existirem dúvidas como se gastou tanto dinheiro.

Mas revejam a história recente de como se vivia em algumas Ilhas e como se vive hoje, e com certeza que deixaram de falar na dívida da Região Autónoma dos Açores.

Isso é a nossa factura! A factura da dívida pública da Região Autónoma dos Açores!

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há menos de 24 horas foi aprovado o Programa do VI Governo Regional e, como é meu dever, estive atento, sobretudo, às intervenções dos Srs. Membros do Governo que num exercício de circunstância e de cosmética, pretenderam vender, ao povo dos Açores, os frutos de uma planta doente.

Ter ideias novas e uma gestão diferente, julgo que não se consegue com a substituição de um Presidente. Tal medida não será mais do que substituir a peça principal de uma máquina, obsoleta e com os vícios que, felizmente, já são dos açorianos sobejamente conhecidos.

Antes de apresentar, nesta Câmara, mais um exemplo desagradável da má gestão pública, muito recentemente confirmado pelo anterior Governo Regional, lembro que o Sr. Secretário de Educação e Cultura, aquando da sua intervenção da discussão do supracitado Programa, começou por falar de educação e das crianças e terminou parafraseando sublimes palavras de Sócrates e do imortal poeta Fernando Pessoa, que exprimem a importância da Educação nas crianças e o valor destas no Mundo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Exigir-se em prol das crianças, deverá ser sempre a nossa primeira obrigação, independentemente do facto de sermos governantes, deputados, autarcas, pais, avós ou até mesmo tios, e, nunca se pode dissociar a criança da educação.

Tal facto levou-me já no corrente ano, mais concretamente no dia 25 de Janeiro, a utilizar esta tribuna para alertar os legítimos representantes do Povo dos Açores e o Governo Regional do estado caótico em que se encontra o parque escolar do Concelho da Calheta e, por essa altura, só não fiz qualquer referência ao do Concelho das Velas porque, constava-me que, tanto o actual como o anterior Presidente do respectivo município cumpriram com o estipulado no Decreto Regulamentar Regional n.º 10/88-A, de 7 de Março, ou seja, realizaram as obras de conservação periódica sempre num espaço não superior a dois anos.

Se os Srs. Deputados bem se recordam, esta minha intervenção levantou, da parte dos colegas da bancada do PSD eleitos por São Jorge, algumas dúvidas quanto à veracidade dos factos. Porém o Sr. Deputado Manuel Brasil (mesmo sem se ter feito acompanhar por mim numa visita a algumas dessas escolas, como eu próprio lhe tinha sugerido), acabou por o fazer isoladamente dando resposta à teoria de São Tomé - **"ver para crer"**. Mesmo assim, fico-lhe reconhecido não só por essa sua diligência, mas sobretudo pelo facto de, posteriormente, ter reforçado, nesta Casa a minha supracitada intervenção. Agradeço ao meu caro amigo Deputado Manuel Brasil este seu gesto de Homem responsável.

Não consigo é perceber que outra personalidade, com grande responsabilidade autárquica, ao tomar conhecimento da minha já citada intervenção, tenha aproveitado reuniões de âmbito municipal para me chamar **mentiroso, simplesmente pelo facto de eu ter denunciado, aqui, o estado das escolas do 1.º ciclo do ensino básico e a negligência dos responsáveis por esta matéria para mais tarde, quando já se desenhava um pedido de vistoria a edifícios escolares, avançado por alguns professores ao Serviço Regional de Protecção Civil, rapidamente se apresentar na comunicação social dizendo que, de facto, existem situações de perigo ao nível da segurança de algumas escolas.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falando ainda sobre este tema, recordo-me da reunião que a **Comissão da Juventude e Assuntos Sociais** teve no dia 29 de Setembro de 1993, na Câmara Municipal da Calheta, em que o respectivo Presidente dizia que tinha uma equipa específica para efectuar as pequenas reparações nos edifícios escolares e que estava sempre atento à sua missão (ver página nº 4 do relatório do ante-período de Outubro de 1993 da referida Comissão). Infelizmente docentes desses estabelecimentos de ensino não subscrevem tal afirmação e, por conseguinte, quem faltou à verdade naturalmente não fui eu. Limitei-me, simplesmente, a trazer a esta Assembleia uma oportuna denúncia do estado de degradação física das escolas, por forma a alertar quem de direito para a necessária efectivação das respectivas reparações.

Antes que termine esta curta intervenção, vou ao assunto que me trouxe, desta vez, a esta tribuna. Quero denunciar, nesta Casa uma irregularidade do Presidente da Câmara Municipal da Calheta que está a prejudicar, sobremaneira muitas crianças do 1.º ciclo do ensino básico. Trata-se da importância em materiais (no valor de 1 207 640\$00) que a Secretaria Regional de Educação e Cultura atribuiu à Câmara Municipal da Calheta, em Outubro de 1991 e Setembro de 1992 e que tudo indica que a acima citada Individualidade os juntou aos largos milhares de contos de sacos de cimento distribuídos, indiscriminadamente a particulares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em defesa dessas dezenas de crianças, que por sinal muitas são da freguesia do Presidente da Câmara Municipal da Calheta, **solicito a imediata intervenção da Sr.ª Secretária Regional das Finanças e do Sr. Secretário Regional de Educação e Cultura, no sentido de pedir responsabilidade de tão desumana atitude e de exigir a imediata pavimentação dos pátios das escolas referidas nos respectivos contratos.** É com constrangimento que vemos crianças diariamente a pisar poças de água e de lameiro. Tenho aqui fotografias para mostrar a miséria desse facto a todos os Srs. aqui presentes e que obviamente as queiram ver.

Para cúmulo da desgraça, e segundo informação de um professor da escola de Santo Antão, o dito Presidente da Câmara, neste momento, prepara-se para remediar o estado caótico do pátio desta escola com saibro (escórias vulcânicas). Também, neste estabelecimento de ensino, por onde passam diariamente cerca de 110 alunos, só

funcionam duas das seis casas de banho, situação que obriga as crianças a socorrerem-se das instalações sanitárias da Casa do Povo, edifício que fica no lado oposto da rua e, por conseguinte, torna-se necessário atravessar a respectiva via.

Estou certo de que será feita justiça, e peço a este Governo Regional a necessária atenção para as obras de reparação do parque escolar do 1.º ciclo do ensino básico de S.Jorge.

Nunca nos esqueçamos que "**o melhor do Mundo são as crianças**"

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS e do Deputado Indep.)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gil Ávila.

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Gomes:

Eu não vou de forma nenhuma entrar na sua intervenção na parte que toca ao parque escolar, visto que na minha intervenção fui bem claro, dizendo que a minha opinião era reparar o existente e não avançar com novas escolas.

No entanto, Sr. Deputado, em todas as suas intervenções V. Exa. tem sempre um tom de acusação e já várias vezes, nesta Casa, pedi-lhe, encarecidamente, para provar aquilo que diz. Até hoje, o Sr. não o conseguiu fazer.

Mais uma vez volto a pedir ao Sr. Deputado se pode provar a esta Casa que o autarca em causa utilizou o dinheiro atribuído pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, para fins eleitorais. Penso que era isso que o Sr. Deputado queria dizer, ou para adquirir cimento como o Sr. Deputado o afirmou.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Isto é grave!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Bento Barcelos): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em resposta à intervenção do Sr. Deputado António Lopes, e de uma forma muito sucinta, queria dizer-lhe que eu próprio no discurso da apresentação do programa do Governo, na área da educação, referi que tenho consciência de que os equipamentos e instalações de toda a rede, nem todos têm qualidade nem são os melhores, para as nossas crianças, os nossos filhos e para os professores lá trabalharem.

É evidente que é uma área de extraordinária importância e é uma área em que é preciso ter muitos meios financeiros para manter os seus equipamentos com dignidade, operacionais, eficientes e seguros.

Quero afirmar ao Sr. Deputado que, daqui até à apresentação do plano e orçamento, o Governo vai ter muita atenção para esses problemas.

Eu próprio já estou a informar-me do que se passa em termos do parque escolar onde se desenvolvem as actividades do primeiro ciclo do ensino básico, nomeadamente no caso de São Jorge e até mais concretamente no concelho da Calheta.

Quero também referir ao Sr. Deputado que, em relação a essa matéria que apontou de possível desvio ou irregularidade de utilização de uma verba por parte da Câmara Municipal, não tenho qualquer informação sobre a mesma, mas tentarei informar-me. Tenho sempre presente que os Srs. Presidentes das Câmaras e os seus autarcas, pelo papel relevante que desempenham na sua comunidade, no serviço que prestam à sociedade, prestam-no com dignidade, qualidade e é a prova do grande dinamismo e da presença que tem o poder local.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Gomes:

Eu agradeço a gentileza que teve para comigo.

No entanto, quando as coisas estão más, nós não devemos de maneira nenhuma "tapar o sol com a peneira" e, como cidadão, deputado e como pai que, embora não tenha neste momento filhos em escolas do ensino básico - tenho noutras escolas felizmente - acho que é necessário, quer as câmaras quer a Secretaria da Tutela, terem um cuidado muito especial com as escolas.

Aquilo que vi nalgumas escolas de São Jorge, concretamente na Ribeira Seca, hoje em dia não se pode admitir que aconteça. Uma escola escorada é um perigo que põe em risco quer os alunos, os professores, encarregados de educação quer os empregados de limpeza, porque a qualquer momento cai a escora e o efeito que ela pode ter em qualquer pessoa é desastroso.

Mas também não é só esse problema que está em causa nas escolas de São Jorge. São Jorge é, como nós sabemos, uma ilha que tem alguns dos povoados que se encontram na maior altitude dos Açores, zonas de nevoeiro, húmidas e aonde os materiais de construção se deterioram com facilidade. As escolas são lugares onde não existe lareiras, nem desumidificadores, nem portas e saídas devidamente acondicionadas à entrada de humidade. Tudo isso são problemas que foram esquecidos sem dúvida nenhuma, e eu aqui terei que reconhecer, durante muito tempo. Neste aspecto, nós estamos de acordo.

Agora, não posso estar de acordo com o Sr. Deputado, sem haver uma prova mais concreta, na acusação que faz ao autarca da Calheta, porque qualquer problema do qual tenhamos provas devemos denunciá-lo nesta Câmara ou em outra qualquer, porque essa é também uma função que nos cabe, isto é, acusar as irregularidades.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse, porque o seu tempo esgotou-se.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Portanto, não me parece que o Sr. Deputado tenha uma prova cabal daquilo que afirmou naquela tribuna.

Simplesmente lançou um boato e o boato é sempre mau. É nesse aspecto que condeno a sua intervenção.

O boato é muitas vezes igual à morte e nós não devemos querer nem uma coisa nem outra.

Deputado Jorge Cabral (PSD): O boato é sinal de mexerico!

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito breve, relativamente aos meus esclarecimentos e vou fazer uso de uma grande testemunha, que é o próprio Governo, e pôr as coisas em pratos limpos.

Eu recebi há três dias a resposta a um requerimento que apresentei nesta Casa, em que a Secretaria da Educação e Cultura respondia-me que tinha atribuído materiais - não atribuiu dinheiro - por requisição.

Será que esses materiais são salgados?

Os Srs. Deputados já algum dia viram salgar cimento ou outros materiais de construção civil?

Na minha intervenção, eu escrevi quase na íntegra, a resposta que me foi dada pelo Governo nessa matéria. Aqui, julgo que tenho uma prova evidente, a prova provada, de que os materiais não foram utilizados para o fim que foram atribuídos.

Outra questão que queria colocar aqui, mais em defesa da minha honra, relativamente à intervenção do Sr. Deputado Manuel Gil Ávila, prende-se com a falta de fundamentação das minhas afirmações, inclusive, querendo duvidar daquilo que eu digo.

Sr. Deputado, quando trago uma intervenção a esta Casa, trago-a com toda a sinceridade e pretendo ser honesto no meu comportamento, tanto aqui como lá fora.

Para se chegar à conclusão de quem é que está a falar verdade, agradecia ao Sr. Deputado, e não vai perder muito tempo, que visitasse as escolas, fale com os srs. professores e pergunte quando é que fizeram as últimas reparações!

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu ouvi atentamente o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura dizer que o Governo investe nessa área.

Eu vou pedir, porque gosto muito de fazer pedidos ao Governo, que não inscreva novamente 20 mil contos no plano e orçamento em cooperação com as autarquias, destinado à manutenção do parque escolar do primeiro ciclo do ensino básico, porque nas últimas duas semanas ouvimos praticamente todas as câmaras da Região, quer de

maioria PSD quer de maioria PS, **gritarem** (para não dizer berrarem!), contra a verba que estava prevista na anteproposta do plano que receberam.

V. Exa. sabe perfeitamente que 20 mil contos distribuídos por 19 câmaras toca mil e qualquer coisa a cada câmara.

V. Exa. sabe que reparar uma escola nas condições que está a maioria das nossas escolas do primeiro ciclo, não dá rigorosamente para nada.

V. Exa. sabe que, infelizmente, têm sido feitos contratos com as câmaras e nem sempre elas têm recebido o dinheiro. É público, já o dissemos várias vezes nesta Casa. Quando a Comissão dos Assuntos Sociais se desloca e contacta com as câmaras, regularmente, recebemos dos Srs. Presidentes a triste notícia de que fizeram obras e não receberam dinheiro.

O meu apelo é muito claro e é no sentido de que se aumente a verba de manutenção, conservação, reparação do parque escolar do ensino básico tendo em atenção que algumas dessas escolas não oferecem as condições mínimas de segurança para quem nelas tem que passar a maior parte do seu dia.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gil Ávila.

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Gomes:

Vamos esclarecer as coisas: eu não disse que o Sr. não tinha provas de que as escolas do primeiro ciclo de São Jorge, neste caso do concelho da Calheta, necessitavam de reparações.

Na minha intervenção dizia "atrevo-me mesmo a sugerir que é preferível reparar na sua totalidade o parque existente, do que se pensar em construir novos".

O que eu disse, Sr. Deputado, e repito, foi que o Sr. afirmou nesta Casa que as verbas ou os materiais atribuídos pela SREC à Câmara Municipal da Calheta, tinham tido outra finalidade que não aquela que deveria ter tido. Foi só isso que pedi que o Sr. provasse e torno a dizer que o Sr. o deve provar para sabermos se, eventualmente, é ou não verdade. Nós também estamos interessados nisso.

Deputado António Gomes (PS): O Sr. Secretário da Educação e Cultura já o provou!

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Apenas para um esclarecimento à Câmara em relação à questão que aqui foi colocada. Julgo tratar-se de verbas referentes à construção de recintos desportivos para os quais o Governo atribuiu - e pretende o novo Governo, face àquilo que são os seus projectos para o futuro, continuar a fazer obras na área do apoio às instalações desportivas dos recintos oficiais - verbas às Câmaras para a execução de determinados recintos com determinadas dimensões e características.

Tanto da parte de Câmaras sociais democratas, como da parte de Câmaras socialistas, nem sempre houve o cumprimento imediato da execução dessas verbas.

Atempadamente, foram atribuídas as requisições de materiais e temos o registo das Câmaras que ainda estão em falta. Daí, estão tanto em falta as de uma coloração como as de outra, nalguns casos esporádicos.

No caso vertente e antes da elaboração da resposta a que o Sr. Deputado se referiu, houve o cuidado de contactar a Câmara em apreço que informou que mantinha os ditos materiais em "stand by" para quando começasse a efectuar as reparações que ela própria pretendia levar a cabo, nos estabelecimentos de ensino.

É esse o ponto da situação feito pela Câmara à questão que nós colocámos antes de responder ao requerimento que nos foi enviado, perguntando se foi ou não atribuído o material. O material foi atribuído, no entanto, quanto ao seu destino é melhor à referida Câmara.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Gomes:

Mais uma vez, terei que utilizar a palavra porque parece que a expressão que utilizei no final da minha última intervenção, "o boato nem sempre é a melhor arma", é verdadeira.

Neste momento, o cimento até pode estar salgado, mas vai ser usado. A questão não é se está salgado ou não, mas sim, o fim a que ele se destina.

Se se destina a parques desportivos, deve ser dirigido aos mesmos.

Por outro lado, tendo em atenção o que disse o seu colega de bancada, o Sr. Deputado Francisco Sousa, se mil e tal contos de material não são nada para uma escola, imagine-se para 10 escolas que são tantas quantas as que existem no concelho da Calheta.

Por tudo isto, não vamos fazer aqui como fez o célebre João da Cruz, na obra "Amor de Perdição" de Camilo Castelo Branco, em que dizia: " ó fidalgo, uma testemunha vista, duas para ouvirem dizer, é forca certa!"

Parece-me que se quer pôr alguém na forca e antes que isso aconteça, é necessário que arranjem as testemunhas certas e não as testemunhas só por ouvir dizer.

É necessário que as testemunhas usem os factos devidamente apurados e não, pura e simplesmente, usados de qualquer maneira e feitio para atingir o fim próximo e não o fim definitivo.

Os objectivos, por vezes, também devem ser muito ponderados para se conseguir atingir e não pelo caminho mais próximo como muitas vezes pretendemos.

Disse.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Bento Barcelos*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É sabido que muitas das pequenas reparações e beneficiações, não foram realizadas pelas Câmaras Municipais, por diversas circunstâncias.

Eu também sou autarca e sei das dificuldades que as Câmaras têm nos seus orçamentos para poderem atender à diversidade das suas responsabilidades.

Nós sabemos que essas estruturas são estruturas que se degradam com facilidade. São utilizadas por crianças, por jovens que, na explosão da sua maneira de ser e da sua conduta, levam por vezes a esse desgaste.

Também sabemos que muitas das vezes as nossas escolas são, infelizmente e incompreensivelmente, atingidas por vandalismos. Sabemos que o somatório de pequenas reparações que não são realizadas, vão acabar em situações de grandes reparações que são imperiosas para serem realizadas.

O Sr. Deputado e o Partido Socialista, evidenciam uma grande preocupação em relação a esta matéria.

Refere que tem informações de todas as Câmaras Municipais. O Governo também já tem, está atento e está preocupado com essa matéria.

O Sr. Deputado e o Partido Socialista fazem referência a um montante de uma verba onde estavam inscritos 20 mil contos, que consta da anteposta do plano elaborada pelo anterior Governo.

Nós estamos perante o VI Governo.

Esse documento poderá apenas ser um documento base de trabalho, mas não é o documento que vai estar presente nesta Assembleia.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): E ainda bem!

O Orador: O Governo está a estudar as medidas que são necessárias e as dotações que são possíveis, porque sonhar é muito bonito mas estamos a falar de algo que é muito prático.

Certamente que a oposição vai ter surpresas pela positiva.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, "não há pior cego do que aquele que não quer ver!"

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): É verdade! É verdade!

Deputado Gonçalo Botelho (PSD): Por acaso tens razão!

O Orador: Infelizmente é uma grande realidade!

Quanto ao facto de eu poder ou não testemunhar, Srs. Deputados eleitos pelo círculo eleitoral de São Jorge, é tão fácil visitar as escolas! É tão fácil conversar com os professores! É tão fácil saber o que se passou ao nível da manutenção periódica!

Mais concretamente em referência aos esclarecimentos do Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, eu vou ler-lhe o requerimento enviado pela sua Secretaria, assinado pelo seu ex-chefe de gabinete, José Manuel Monteiro Lourenço, que diz o seguinte:

" Assunto: Requerimento - Pavimentação de dois recintos escolares do Primeiro Ciclo do Ensino Básico em São Jorge.

1 - A Câmara Municipal da Calheta recebeu apoio (despolarização de materiais através de requisições)..."

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): Para quê?

O Orador: "... para beneficiar dois pátios da Escola n.º 1 de Santo Antão...", que é a que está nestas circunstâncias.

O Sr. Deputado desculpe-me, mas eu fui claro na minha intervenção, nos meus esclarecimentos e estou aqui a falar de pátios, recintos de recreio.

O Sr. estava levantando dúvidas em relação a uma afirmação que fiz na tribuna, ou seja, de que a Câmara tinha recebido materiais em 91 e 92, para reabilitar dois recintos de recreio ao nível da escola do ensino básico, e que até hoje nada disso tinha acontecido e a situação estava a prejudicar as crianças e os utentes deste estabelecimento de ensino.

Continuando o ponto n.º 1 do requerimento e para terminar, dizia:

"... requisições de Outubro de 91 e Setembro de 92."

Julgo que para reabilitar-se um recinto de recreio é com cimento. O cimento está pago. Desde 91 começou-se a pagar esse cimento, em 91 e em Setembro de 92.

O Sr. Secretário da Habitação e Obras Públicas, que está mais por dentro do assunto que os restantes membros desta Casa, poderá saber em que moldes se pode garantir com qualidade o cimento durante todo esse tempo.

Salgado com certeza que não é! Agora, resta saber como é!

Muito obrigado.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): É no congelador!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pedi para intervir na discussão, apenas porque ouvi o ex-Secretário Regional da Educação e Cultura, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, dizer que o Governo atribuiu, mas algumas pequenas reparações não tinham sido cumpridas.

Eu queria precisar aqui esta questão, porque não vá alguém menos abalizado nestas matérias, ficar com ideia de que o Governo tem cumprido com o seu dever, atribuiu

dinheiros às Câmaras e que tudo tem andado bem nesta matéria na Região Autónoma dos Açores.

A legislação em vigor é, suficientemente, clara. Foi feita naturalmente com a colaboração de todos e aprovada por esta Casa.

Essa legislação, define claramente o que são pequenas e o que são grandes reparações. Quanto a isso, basta analisarmos alguns dos relatórios do IAR - Inspeção Administrativa Regional, que é um órgão que funciona sob a tutela do Governo - que tem denunciado, várias vezes, o incumprimento da legislação em vigor pelo Governo Regional.

Eu próprio quando fui autarca, mandei vários ofícios à Secretaria Regional da Educação e Cultura. Num ano, só para "lavar a cara" às escolas do meu concelho, teve que se gastar 20 e tal mil contos. Até hoje, a Câmara não recebeu um tostão.

Neste caso, os exemplos são vários e posso citar a Câmara da Horta e outras. Não são só as Câmaras do PS, também existe Câmaras do PSD, nomeadamente a Câmara de Angra, que tem reclamado essa situação.

Aliás, posso dizer mais: existiram pareceres do concelho de Ilha Terceira de 91 e 92 que apontavam esse objectivo como uma meta que o futuro Governo deveria inscrever nos planos, coisa que até hoje nunca foi feita.

O Sr. Deputado Aurélio da Fonseca referiu aqui ao seu jeito, em termos de assumir o passado que a Secretaria Regional...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Jeito? Que jeito?!

O Orador: O jeito é o que o Sr. quiser! Eu não disse mais do que isso! Eu só disse o que disse e o Sr. pensa ou lança para a Câmara as dúvidas que quer e isso não é da minha responsabilidade!

Mas dizia que o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca tentou deixar presente que o Governo atribui verbas.

Que eu saiba, em termos de legislação, o que compete às autarquias é claro. Neste caso, a "ideia" brilhante do Governo Regional do qual o Sr. era Secretário, para tentar resolver os problemas de reconstrução dos pátios escolares, era sacar às autarquias o dinheiro da mão-de-obra.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que procurasse terminar porque o seu tempo está a esgotar-se.

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente.

O que aconteceu foi que a Secretaria atribuía os materiais e as autarquias entravam com a mão- de-obra. Não houve benesse nenhuma. Houve benesse sim, da parte das autarquias que se disponibilizaram para colaborar com o Governo, no intuito altamente louvável, ou seja, resolver os problemas das escolas e da parte desportiva.

Presidente: Informo os Srs. Deputados que o Partido Socialista pediu prolongamento do Período de Antes da Ordem do Dia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Quero apenas prestar um esclarecimento em relação ao que o Sr. Deputado Duarte Pires referiu.

Efectivamente, aquilo que pretendeu fazer-se com os protocolos celebrados com as autarquias, nunca teve em vista reconstruir pátios escolares, mas sim a promoção da política desportiva, construir recintos adequados à prática dos pequenos desportos e à prática da educação física.

Muitas escolas tinham os seus recintos em boas condições e foram acrescentadas as valências que eram necessárias para o cumprimento dos programas educativos.

Agora, o Sr. Deputado deveria interrogar-se como muitos outros desta Câmara, porque é que se chegou e vai-se continuar a chegar ao estado de delapidação e de degradação das nossas escolas?

É que as escolas novas que são entregues a algumas autarquias, em pouco espaço de tempo, ficam em condições que mete dó.

Quando se parte um vidro, quando uma fechadura deveria ser substituída, estas pequenas coisas que deveriam ser feitas atempadamente por quem de direito e não são feitas logo, é evidente que se transformam em grandes reparações. E quando chega a grandes reparações, com as verbas que estavam inscritas, é impossível cumprir com essas diligências, isto é, de se ir ao encontro das ditas grandes reparações que custavam muito dinheiro.

Se tivessem sido feitas a tempo por quem de direito, nunca se chegaria ao estado caótico como se encontram alguns estabelecimentos nesta Região. Isto tem que ser reconhecido.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gil Ávila.

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Gomes:

Eu queria esclarecer que visitar as escolas, sejam elas do primeiro ciclo como do segundo ou terceiro, felizmente foi o que sempre fiz toda a minha vida. O Sr. com certeza também sabe, que num dos levantamentos das escolas do primeiro ciclo que foi feito, eu participei nele.

Na minha intervenção não pus em causa que o parque escolar tinha que ser reparado. E não estou, sobre isso, em desacordo consigo. Eu até frisei isso num parágrafo da minha intervenção.

O que eu pus aqui em causa foi uma afirmação que o Sr. fez naquela tribuna, com a qual eu não concordei, ou seja, o Sr. Deputado insinuou que esses materiais entregues pela SREC à Câmara Municipal da Calheta, tinham sido gastos de forma menos lícita. Foi só o que eu disse Sr. Deputado. Não é preciso fotografias para aquilo que eu refiro. Eu pedi para provar isso.

O ofício que o Sr. tem da Secretaria Regional, diz que foram atribuído materiais à Câmara Municipal.

Eu sei isso! Isso é verdade!

O que está em causa foi o que o Sr. disse sobre esses materiais, aí é que é diferente.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pires.

Deputado Duarte Pires (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para dizer ao Sr. Deputado Aurélio da Fonseca que eu fui suficientemente claro e quando se fala em termos de política desportiva, uma coisa é a política desportiva e a criação de novos recintos e outra coisa é o arranjo de alguns pátios, com vista a proporcionar aos alunos daquela escola melhores condições.

De qualquer maneira e passando à frente desta questão, eu penso que não pode de forma alguma, em termos de legislação e em termos do que o Sr. considera, fazer confusão, condenando praticamente os autarcas.

O Sr. Deputado tentou fazer "pagar o justo pelo pecador" e quis ser juiz em causa própria, aliás, enquanto foi Secretário Regional sempre procedeu assim, ou seja, quis interpretar a legislação à sua maneira.

Se a legislação actual é suficientemente clara e tem algumas lacunas, os Srs. como têm maioria nesta Casa, alterem-na.

Aliás, já há um certo contrasenso entre aquilo que o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca diz e aquilo que eu vislumbro que irá ser a política do VI Governo.

Por um lado, o Sr. condena os autarcas e a pequena política que não é feita, por outro lado, já vejo o Sr. Secretário dizer que é preciso fazer mais.

Penso que este debate está suficientemente claro e penso que não vale a pena voltar ao assunto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando pedi a palavra não foi para dar nem prestar esclarecimentos, mas sim para dar uma sugestão ao Sr. Deputado António Gomes.

O Sr. Deputado levantou o assunto dos pátios. As fotografias que o Sr. mostrou ao longe eu conheço, porque também é fácil para mim ir a esses sítios e falar com os professores.

Se o Sr. Deputado levantou o assunto e o Governo respondeu que tinha entregue, acho que o Sr. deveria levar este assunto à Assembleia Municipal e perguntar porque é que isso aconteceu e não nesta Câmara.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, pretendo usar da palavra para defender a minha honra.

Presidente: Sr. Deputado, eu não vejo onde é que foi ofendido.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados: A minha honra foi de certo modo posta em causa porque...

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado, não me compete fazer apreciações, mas...

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, vou ser muito rápido e vou usar da palavra para prestar esclarecimentos, porque pretendo ser muito sintético.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há aqui uma questão de interpretação do português e cada um interpreta como sabe.

Na minha intervenção não afirmo nada, apenas digo "que tudo indica". Não estou a afirmar, não estou a dizer que isto aconteceu.

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): Essa já é velha!

O Orador: Digo que tudo indica, porque foram atribuídos materiais há 5 anos, obviamente eles foram para outro sítio qualquer.

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): O Sr. anda sempre com rodeios!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Uma última chega para se pôr um ponto final neste assunto.

É evidente que eu não condenei, não condeno e nunca condenarei os autarcas todos.

Sempre houve, há e continuará a haver autarcas que tratam bem as suas escolas, mas há outros que não o fazem e é a eles que se deve os estado caótico em que as coisas estão.

É só isso.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Gastão Pacheco.

Deputado Gastão Pacheco (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu tenho a impressão que estamos a discutir o problema das escolas há hora e meia.

Esse é um assunto que deveria ser tratado na Assembleia Municipal da Calheta de São Jorge.

Estamos há hora e meia em volta da escola da Calheta de São Jorge. Francamente!...

Já está tudo esclarecido!

Já está tudo mais que dito!

É prolongar no tempo umas coisinhas que não têm valor algum.

Creio que já estamos saturados da "escolinha"!

Francamente, esses problemas devem ser discutidos na Assembleia Municipal!

Aqui, devemos ter mais dignidade!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Nascimento Cabral.

Deputado Jorge Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a e Srs. Membros do Governo:

Não é uma mera questão de formalismo ou de cortesia, saudar V. Ex.^a. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, recentemente eleito como primeiro responsável do órgão máximo da autonomia constitucional.

Sincera e amigavelmente, formulo aqui os melhores votos para um profícuo trabalho ao serviço dos Açores e do seu Povo, podendo V. Ex.^a contar com a desinteressada colaboração de quem, sempre ao arrepio de interesses pessoais, tem procurado dentro das suas naturais limitações, estar ao dispor da nossa gente, quer se cimente nestas ilhas de sonho, quer se espraie no meio de outras e estranhas gentes, assumindo usos e costumes que nos identificam, nos unem e nos responsabilizam perante as novas gerações.

Também de uma forma sentida, quero aqui saudar o Presidente do VI Governo Regional dos Açores, que assume as honrosas mas difíceis funções de chefe do executivo da Região Autónoma. Dispondo de uma maioria absoluta na instituição nevrálgica do debate democrático, na mais livre e pura expressão dos legítimos representantes de um povo simples que põe os valores da dignidade individual e colectiva acima de tudo, o Presidente do Governo dos Açores tem um desafio aliciante à sua frente, dar continuidade ao exercício da livre administração dos Açores pelos açorianos, grito de exigência lançado pelos autonomistas do século passado e cuja concretização foi recentemente recordada e louvada, ao comemarmos no Parlamento dos Açores os cem anos do Decreto de Hintze Ribeiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a apresentação do seu programa na Assembleia Regional dos Açores, o VI Governo veio dar sequência às normas estatutárias que conduzem à investidura

parlamentar. Trouxe à nossa apreciação um programa de governo que emerge na sua essência do plano de médio prazo, aprovado em 1992 neste Parlamento.

Aqui temos, pois, a primeira razão para não se exorcizar o passado, renegando envolvimento e apoios a objectivos traçados e assumidos pela bancada parlamentar do Partido Social Democrata. Pelo contrário, temos de aprender com os erros cometidos, com humildade democrática, sem a arrogância fingida de quem agora pretende lavar as mãos como Pilatos ou, já que estamos no Novo Testamento, "negar três vezes o feito antes do galo cantar".

Não nos envergonhamos da nossa gerência da autonomia democrática, desde que tomámos nas nossas mãos a tarefa histórica de exercer o desejo antigo de governar os Açores.

E quanto aos defeitos que nos apontam, Srs. Deputados da oposição, só não erra quem nada faz...!

Pelo muito que fizemos, fazemos e vamos continuar a fazer, é natural que os erros aconteçam, mas cá estaremos na primeira linha para os corrigir, na procura incessante das melhores soluções para a nossa Região Autónoma.

O Dr. Mota Amaral, Presidente do Governo dos Açores desde 1976, eleito sucessivamente em actos eleitorais livres e democráticos, pode orgulhar-se de ter chefiado os cinco governos da Região Autónoma e da obra feita por tantos homens e mulheres, em quem o nosso Povo confiou.

Não renegamos o passado, porque muitas realizações mudaram a face dos Açores durante 500 anos amarrados ao centralismo fanático. Pelo contrário, temos orgulho na generalidade da obra feita e duvidamos que outros, que hoje enchem a boca de autonomia que antes renegaram, pudessem ter feito melhor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência do debate sobre o Programa do VI Governo dos Açores...

(Aparte inaudível do Deputado Fernando Fonte)

O Orador: ... faz favor, Sr. Deputado?

Presidente: Sr. Deputado Jorge Cabral, pode continuar a sua intervenção.

O Orador: Sr. Presidente, é que houve ali um aparte no qual percebi haver algum tom provocatório, de maneira que se o percebesse melhor, gostaria de dar resposta directa. Será o Sr. Deputado capaz de se levantar e repetir o que disse?

(Pausa)

Como ia dizendo, na sequência do debate sobre o Programa do VI Governo dos Açores, vou abordar alguns aspectos que me parecem mais essenciais. E se essa essência puder ser obviamente subjectiva, também está relacionada com a sensibilidade de quem a analisa e se revê em matérias que constituem preocupação pessoal.

A afirmação dos Açores nos espaços nacional e europeu e nos países de acolhimento dos emigrantes açorianos, é uma das primeiras opções que nos agrada registar.

Numa altura em que tanto se fala de diálogo, de respeito pela idiossincrasia, de aceitação democrática pelo direito à diferença, deve associar-se os sentimentos de igualdade, de frontalidade e de exigência.

Não vale a pena pensar-se que a necessidade de diálogo se pode submeter à subserviência, à mão estendida, à procura de consensos onde apenas uma das partes deve ceder.

Na nossa afirmação global, devemos ter presentes como parceiros do mesmo plano e nunca, mas mesmo nunca, colocados num patamar inferior.

Temos identidade própria.

Afirmámo-nos nestas ilhas e modificámos a nossa componente de genética por 500 anos de isolamento e em convívio constante com o mar.

As comunidades açorianas são cadinhos preciosos de usos e costumes diferentes e a ligação ao nosso prolongamento como povo, deve ser facilitada por forma a atenuar esse sentimento sublime na sua humanidade que a palavra "saudade" tão bem exprime.

Não podemos continuar indiferentes ao monopólio do transporte aéreo existente entre os Açores e as zonas que acolhem a grande maioria dos nossos emigrantes.

Referindo-me ao caso específico do Canadá, é lamentável que a SATA se mantenha ligada a um operador privado e com ele constitua um monopólio que mantém tarifas a um preço elevado, em nítido contraste com os tempos em que mais de um operador fazia aquelas ligações aéreas.

Ainda recentemente, e apesar de alguém se ter esquecido de evidenciar esse aspecto nas conclusões do IV Congresso das Comunidades, a verdade é que a matéria foi ali amplamente debatida e muitas queixas, com sabor amargo da revolta, foram partilhadas com muitos dos congressistas.

Por outro lado, e sabendo-se da relevância política que as nossas comunidades possuem em diversas zonas dos países de acolhimento, torna-se necessário manter e desenvolver os contactos institucionais com as administrações camarárias, estaduais e federais, reforçando laços de amizade tradicionais e convidando destacados políticos ligados à nossa gente, para que conheçam o berço de muitos dos seus eleitores, o que tem constituído uma forma de intercâmbio que tem dado resultados bastante positivos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É inegável a necessidade de se investir no sector produtivo.

Por razões de coerência pessoal e apesar de conhecer a indisponibilidade financeira actual da Região Autónoma, não podia deixar de trazer à colação o tão famigerado e adiado porto de pesca industrial de S. Miguel.

Não vou insistir na urgente necessidade da sua construção, mas tão só lembrar ao VI Governo dos Açores que tal infraestrutura não pode nem deve ser esquecida e que apesar de ter tido um exígua verba orçamentada, não houve possibilidade de dar início ao processo para que tão importante obra veja, finalmente, a luz do dia.

Dentro do mesmo sector, não será despiciendo proceder a pequenas reparações nas rampas dos portos da Ribeira Quente, Nordeste e Rabo de Peixe. No caso concreto da rampa do porto do Nordeste, as pequenas reparações estão orçamentadas em cerca de 15 mil contos, segundo o projecto de obras em devido tempo entregue à Secretaria da tutela. Muitas vezes, com pequenas verbas mas com muito boa vontade, é possível resolver algumas necessidades imediatas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me, finalmente, uma abordagem simples a um problema complexo, tantas vezes adiado e que tem sido motivo para a denúncia de uma discriminação por parte da população insular. Refiro-me, concretamente, aos transportes marítimos inter-ilhas. Se, mau grado algumas críticas dos Srs. Deputados representantes das ilhas do Grupo Central, nomeadamente Terceira, Graciosa, S. Jorge e Pico, o certo é que essas ilhas oferecem alternativas ao transporte aéreo.

Em contraste, as Ilhas de S. Miguel e St.^a Maria, Flores e Corvo, estão reduzidas a uma única hipótese de saída.

Um grupo de trabalho constituído através do despacho D/SRTA/94/8, publicado no Jornal Oficial N^o 27, II série, de 5 de Julho de 1994, após uma reflexão conjunta sobre as potencialidades turísticas de St.^a Maria e respectivas perspectivas de desenvolvimento, ao caracterizar a oferta turística daquela ilha, concluía, a dada altura, sobre esta matéria dos transportes marítimos o seguinte:

"O transporte marítimo de ligação a S. Miguel, e portanto ao mais importante centro de recepção/distribuição, afigura-se uma operação complexa e pouco atractiva, pela duração da viagem e desconforto resultante, salvo se surgirem **inovações positivas nos equipamentos disponíveis, com embarcações mais rápidas e confortáveis, evolução que não se adivinha para breve**".

Repito: "Salvo se surgirem inovações positivas nos equipamentos disponíveis com embarcações mais rápidas e confortáveis, evolução que não se afigura para breve".

Ora, todos nós sabemos que o transporte aéreo é manifestamente caro. E nem todos se sentem à vontade, a voarem a 2 ou 3 mil pés, em viagens de 30 minutos, com tempo meteorologicamente adverso.

Não vejo razão básica e lógica que justifique uma ausência de um transporte de passageiros e carga entre as Ilhas de St.^a Maria e S. Miguel e entre estas, e as suas irmãs insulares, dispersas a meio deste Atlântico Norte.

Não se justifica que uma região insular mantenha marginalizados dos transportes marítimos de passageiros, os habitantes de dois grupos de ilhas da Região Autónoma, o Ocidental e o Oriental.

Os açorianos residentes nas Ilhas das Flores, do Corvo, de St.^a Maria e de S. Miguel não podem ser discriminados em relação aos seus irmãos das Ilhas Terceira, Graciosa,

Pico, S. Jorge e Faial, que se deslocam por via marítima, praticam um intenso turismo dentro do Grupo Central, que confraternizam com os seus irmãos insulares, cimentam o conceito de Região Autónoma.

O Programa do VI Governo defende no capítulo dos Transportes Marítimos, e passo a citar, "a intervenção ao nível do tráfego inter-ilhas de passageiros e/ou mercadorias, numa região dispersa e com mercados de dimensão reduzida, terá de assentar basicamente numa perspectiva de reforço da sua coesão interna, numa lógica comum, mas que, simultaneamente, tenha em conta as potencialidades económicas e sociais de cada uma das parcelas que a constituem".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção, escrita e lida de forma na página 35 do Programa do VI Governo dos Açores, cai bem no fundo do nosso desejo de uma perspectiva de reforço da coesão interna da Região Autónoma. A ela aderimos sem reservas de qualquer espécie, porque também é e será sempre a opção e luta nossa.

Ficamos à espera da sua concretização prática, exercendo esse elo de ligação marítimo, desde St.^a Maria até ao Corvo.

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, também gostamos do mar.

O mar também pode ser a nossa estrada, legitimamente a nossa estrada principal.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo).

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Jaime Medeiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Jorge Cabral, eu gostaria de prestar o seguinte esclarecimento:

No que respeita à questão do transporte aéreo, ou seja, as ligações aéreas entre os Açores e o Canadá, constatou-se em determinada altura que num período considerável

do ano, haviam dois operadores e o mercado não era suficiente para esses dois operadores que actuavam isoladamente.

Esses operadores começaram a degradar as suas tarifas, por forma a poderem manter a operação ao ponto de, em determinada altura, os preços que praticavam estavam a baixo do próprio custo da operação.

Ao Governo não interessa de forma alguma eliminar os privados que actuam no mercado. Por outro lado, também não pode descurar essa ligação abandonando-os, sob pena de mais tarde os privados deixarem e as comunidades ficarem isoladas. Entendeu-se por bem fazer um acordo entre as duas partes para que, efectivamente, os preços retomassem os valores de mercado.

Se eles estão elevados ou não, é uma questão que irei ter em atenção.

Prometo que diligenciarei junto da transportadora aérea regional, no sentido de saber se os preços são aqueles que o mercado justifica neste momento.

No que diz respeito aos transportes marítimos, ontem já prestei um esclarecimento sobre essa matéria, mas de qualquer forma direi que não me parece viável que qualquer operador privado queira entrar no negócio do transporte de passageiros entre todos os Grupos da Região, já que, como disse ontem, o equipamento a disponibilizar é muito caro e os custos de exploração são elevadíssimos. Tenho dúvidas de que o tráfego de passageiros que irá gerar esse empreendimento conseguirá obter preços mais baixos do que aqueles que se praticam hoje no transporte aéreo.

De qualquer forma, não enjeito a possibilidade de virmos a fazer um estudo de viabilidade económica para uma operação desse género. No entanto, se ela tiver que ser implementada, nunca será necessariamente com apoios financeiros do Governo, já que há alternativas ao transporte e o investimento e o dinheiro que o Governo tem é para aplicar em investimentos produtivos.

Presidente: O Sr. Deputado Hélio Pombo pediu a palavra para pedir esclarecimentos. Pedia ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista o favor de designar um Sr. Deputado para o substituir na Mesa.

(Neste momento o Deputado António Gomes substitui o Deputado Hélio Pombo no lugar de Secretário da Mesa)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr.^a Secretária:

Outro dia quando falei muito brevemente, não tive tempo para saudar V. Ex.^a, Sr. Presidente, da Assembleia Legislativa Regional, pela tomada de posse. As minhas saudações e votos de bom trabalho, assim como para os Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações:

O Sr. ontem e hoje, deu uma explicação acerca dos transportes para as Ilhas do Corvo e das Flores e falou sempre em termos de transporte de passageiros.

Eu compreendo as preocupações do Sr. Secretário, as dificuldades dos preços que isso possa custar, mas de qualquer modo acho importante e necessário que os corvinos e os florentinos também tenham a hipótese de sair do Corvo e das Flores de barco.

O Sr. Secretário provavelmente deve estar informado da quantidade da tonelagem de carga que vai para a Ilha das Flores, mais precisamente para o Porto das Lajes das Flores e depois é transportada para a Ilha do Corvo. O Sr. sabe o preço que isso custa e custa especialmente aos corvinos.

Eu não vou falar agora aqui em preços, mas poderia referir alguns que os Srs. Deputados ficariam no mínimo admirados e outros até ficariam assustados.

Mas vamos ao cerne da questão.

Em determinado momento eu já falei com o Sr. Secretário sobre essa questão e a comunicação social também já adiantou, isto é, a possibilidade de um navio da Transmaçor ou de uma outra qualquer empresa regional, fazer o transporte de cargas directamente das Ilhas do Faial, Terceira ou São Miguel - penso que o mais lógico seria da Ilha do Faial - para a Ilha do Corvo.

Gostava que o Sr. Secretário fizesse o favor de informar-me e à Câmara também, qual o ponto da situação, em que pé estão essas conversações, quando se prevê a deslocação desse navio à Ilha do Corvo e quantas vezes por mês, quando se começar a efectuar essa deslocação?

Muito obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Transportes:

É óbvio, embora me apetecesse, que não gostaria de entrar em polémica com V. Ex.^a sobre essa matéria dos transportes marítimos nas ligações com a nossa diáspora, no caso específico do Canadá.

Não será este o local ideal para isto, dado que há uma série de condições a jusante e a montante sobre esta problemática que levar-nos-ia muito longe e correríamos o risco de violar a paciência do último Presidente da Assembleia Legislativa Regional.

Queria deixar bem claro que não há justificação económica que impeça que cidadãos de ilhas, que cidadãos de uma Região Insular, estejam discriminados em relação aos seus compatriotas de outras ilhas.

É uma questão de equacionar o problema, de equacionar os equipamentos e de, digamos, tipos de barcos ou tipos de transporte que satisfaçam ambas as necessidades a preços a contento de utentes e de quem, eventualmente, os possa subsidiar.

Não há justificação, Sr. Secretário, porque não é matéria nova em relação à Região Autónoma dos Açores.

Até há relativamente pouco tempo - o espaço que temos de autonomia a isso prova - embora com alguns desastres económicos verificados em navios de transportes de passageiro e carga, verificou-se que com a entrada em vigor dos aeroportos e de duas ilhas dos Açores e com o incremento do transporte aéreo, esta operação marítima ficou penalizada, como é óbvio, não por culpa deste Governo nem da Região Autónoma que nessa altura ainda não estava constituída em Governo. Nunca se pensou em adaptar os equipamentos disponíveis para estas ligações marítimas às novas realidades. Pelo contrário, mantiveram-se barcos obsoletos, perfeitamente caros na sua operação e que muito penalizaram estas ligações.

Mas o tema, Sr. Secretário, por toda a amizade que lhe tenho e V. Exa. sabe perfeitamente isso, não pode ser esquecido, tem que ser reflectido. Temos que arranjar, mais tarde ou mais cedo, uma solução para este problema que está à vista de toda a gente e o caso dos Açores não é um caso único nas ilhas deste mundo inteiro.

Veja-se o que se passa nas Canárias, nas Ilhas Gregas, nas Ilhas do Hawaii e outras ilhas que certamente terão problemas idênticos aos nossos.

O que é certo, é que não podemos investir em equipamentos para o Grupo Central, o que tem acontecido com a introdução de dois magníficos barcos de cruzeiro (magníficos dentro das próprias aspas que a expressão exige), esquecendo de uma forma, quanto a mim um pouco injusta, os habitantes das Flores, Corvo, Santa Maria e São Miguel. Porquê, Sr. Secretário?

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que terminasse porque o seu tempo já se esgotou.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente. Eu já vou terminar, porque não tenho a benevolência do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Legislativa Regional.

O que está em causa, Sr. Secretário, é uma questão de igualdade de tratamento e não obrigar os que têm palpites a três mil metros de altitude, e que entram em autêntico estado de pânico quando os ciclones deixam rastros por estes céus açorianos, possam optar por também ter outro tipo de transporte.

Assim, contribuía para o turismo interno e para que esta Região, finalmente, fique coesa, de Santa Maria ao Corvo, em termos de transportes marítimos.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, a minha paciência é igual à dos Srs. Deputados e a minha benevolência é igual para todos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Jaime Medeiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de responder ao Sr. Deputado Hélio Pombo em relação ao transporte de mercadorias para o Corvo.

Tenho consciência de que há algumas anomalias e que há necessidade urgente de fazer com que elas desapareçam. Porém, isto tem que ser feito com algum cuidado e isso leva algum tempo.

Tem que ser feito com cuidado, porque podemos criar situações que venham piorar a situação actual.

Como sabe, o transporte de mercadorias para qualquer ilha da Região, exceptuando aquelas que se fazem quando são transportadas de uma ilha para as outras cujos preços são praticados pelos operadores locais, tudo o que vem de fora e é transportado pelos

armadores que têm obrigação de fazer ligação inter-ilhas, tem o mesmo preço para qualquer ilha, o transporte em si.

Depois, há pequenas diferenças que têm a ver com o custo da operação portuária.

Portanto, transportar qualquer produto do Continente para o Corvo tem o mesmo preço, em termos do custo de transporte, do que transportar do Continente para Santa Maria. Há armadores que estão vocacionados para esse tipo de actividade.

Acontece que o volume de mercadorias que o Corvo importa mensalmente, é da ordem da casa das dezenas, o que por si só, inviabiliza uma operação directa de um navio de uma ilha qualquer ao Corvo.

A rentabilização de uma operação dessa natureza, passa por qualquer navio que vá ao Corvo também deixar mercadorias nas Flores, sob pena da operação ser inviável.

Por outro lado, como o operador que transporta as mercadorias é obrigado a deixá-las no Corvo pelo mesmo preço, se tivesse que deixá-las no Faial, haveria um custo acrescido, ou seja, o custo da descontentorização e grupagem. Depois do embarque num outro navio para o Corvo, a mercadoria tem custos acrescidos, o frete deixaria de ser o mesmo e passaria a ser maior.

Por outro lado, há uma questão que se prende com a economia das duas ilhas, isto é, a exportação de gado e a carga contentorizada. Os navios pequenos que a Transmaçor tem, não têm capacidade para fazer transporte de carga contentorizada nem têm, neste momento, capacidade para escoar o gado das Flores ou do Corvo até ao Faial. Aí, o mesmo terá que ser feito pela empresa que assegura o transporte com regularidade.

Se lhe tirar o mercado e ela já sai penalizada, nós vamos ter dificuldades em convencê-la a ficar lá. De qualquer forma, é preciso encontrar uma solução.

Neste momento, estamos a procurar - aliás, já o conseguimos - sentar à mesa os armadores principais e os armadores de tráfego local, no sentido de se encontrar uma solução de repartição do mercado, acordada ente eles, de forma a não penalizar por um lado, as ilhas e por outro, resolver esse problema.

Estou em crer que, brevemente, se encontrará uma solução. Isso não depende, exclusivamente, do Governo, porque é uma área que está entregue ao sector privado e nós fazemos as nossas diligências, no sentido de resolver esse problema da política de

transportes, mas temos que contar também com algum interesse que os armadores têm nisso.

Relativamente à questão do Sr. Deputado Jorge Cabral, eu fiquei com a sensação que ele tem medo de andar de avião...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Ai tenho, tenho!

O Orador: ... mas como lhe disse, é preciso avaliar se uma operação dessa natureza é por si só rentável.

Não enjeito a possibilidade de irmos a fazer um estudo de viabilidade económica de uma operação dessa natureza.

De qualquer maneira, quero lembrar que quando se inaugurou o último aeroporto da Região em São Jorge, o velho "Ponta Delgada" chegou a fazer viagens - tinha que cumprir calendário, porque eram viagens regulares - sem passageiros, apenas com a tripulação.

De qualquer maneira, é algo que terá que ser estudado e aprofundado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.^a e Srs. Secretários Regionais:

Muito rapidamente, porque já me chamam a atenção pelo tempo.

Em primeiro lugar, quero fazer uma precisão em relação ao que o Sr. Secretário disse. Com o devido respeito, tenho que dizer ao Sr. Secretário que no último mês não foram algumas vezes, também não foram muitas, mas foram mais que isso. Para a Ilha do Corvo foram 140 toneladas de carga, realmente foram mais que algumas dezenas. Pode haver meses em que haverá mais e meses em que haverá menos, mas o Sr. tinha que fazer essa precisão.

Eu percebo, Sr. Secretário, que não é só o Governo que tem que resolver esta questão. Eu sei perfeitamente disso. Os armadores locais e nacionais também têm que se debruçar sobre o assunto. Mas agora, tanto o Sr. como os colegas da Assembleia Regional vão-me permitir que diga o seguinte:

Ter ilhas às vezes é um luxo que se paga caro. O Corvo tem quase 400 habitantes e eles têm direitos iguais aos dos outros cidadãos desta Região. Isto é um facto.

Pode custar mais caro a esta Região ou ao País a localização de 400 corvinos. Pode custar e custa!

Mas eles estão lá e são cidadãos de direito como outros quaisquer!

Eles têm o direito de lá estar enquanto quiserem!

Se custar mais caro alguém tem que pagar! Hão-de pagar eles e o todo nacional, mas mais alguém tem que pagar! Mas eles têm que estar lá, ninguém os quer tirar de lá, nem o Sr., nem eu, nem ninguém!

Pode ser difícil esse entendimento se o virmos à base de números e de verbas, mas o Sr. Secretário, o Governo desta Região e o Governo Nacional, não podem esquecer que os números não são compatíveis com pessoas, pelo menos não deveriam ser!

Se as necessidades daqueles cidadãos que lá estão têm que ser colmatadas com dinheiro, hão-de ser, mas eles têm o direito de lá viverem.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Jaime Medeiros*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho o maior respeito pelos corvinos, pela população do Corvo e por todos os açorianos de uma forma geral.

De forma alguma, em termos de política de transportes, sugeria que a solução seria despovoar o Corvo para não se gastar dinheiro nos transportes públicos. Eles têm o mesmo direito que os outros.

No entanto, também têm o direito à diferença de viverem numa ilha mais pequena com a acessibilidade mais difícil.

Disse-lhe há bocado que o problema não é fácil de resolver. É um problema que envolve custos acrescidos e sobre o qual estamo-nos a debruçar, no sentido de encontrar uma solução de forma a minimizar esses inconvenientes.

Se eles passarem por algum investimento suplementar, terá que ser assim mesmo. No entanto, o que não podemos é tomar medidas que possam custar mais caro e piorar a situação que existe actualmente. As coisas têm que ser feitas, ponderadamente, passo

a passo, para se evitar eventuais rupturas. Isso sim, seria discriminar a simpática população da Ilha Corvo.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sr.^a e Srs. Membros do Governo:

Quero trazer a esta tribuna a posição do meu Grupo Parlamentar sobre o IV Congresso Açoriano.

"Estudar a possibilidade da criação de uma data para ser celebrada pela Comunidade Açoriana dentro e fora da Região Autónoma, homenageando Antero de Quental, um dos expoentes máximos do pensamento açoriano".

Acabei de citar uma das principais conclusões, em nossa opinião, do IV Congresso das Comunidades Açorianas, levado a efeito há poucos dias nesta hospitaleira cidade da Horta, onde se encontra instalada esta sede do Parlamento Açoriano.

Esta ideia foi sugerida e apresentada numa comunicação de elevado gabarito intelectual pelos nossos irmãos da Comunidade Açoriana do Brasil.

Aliás, devemos mesmo registar a qualidade das mesmas que, por se tratar de comunicações na área da investigação, quer das origens quer da procura de similitude entre o folclore e os muitos costumes e tradições ainda hoje existentes nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com aqueles que são a nossa vivência cá nos Açores, marcaram de forma indelével este Congresso.

É uma comunidade açoriana já de 9.^a geração, segundo o trabalho apresentado pelo Professor Wilson de Farias, quando se refere à "dinâmica sócio-demográfica que marcou a transferência de mais de 6000 Açorianos, em meados do Século XVIII, mais propriamente entre (1748/1756), para o Brasil Meridional" (citei), como sendo ainda uma questão em aberto. No entanto, a profundidade imprimida ao seu trabalho de investigação é tão rigorosa que chega ao pormenor de indicar as ilhas e freguesias de proveniência dessas famílias que destas ilhas então partiram.

Wilson de Farias, catedrático e Coordenador do Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina em Florianópolis, Brasil, está empenhado em levar a bom termo as Geminações Municipais entre os 19 concelhos dos Açores e

outros tantos pequenos Municípios do litoral do Estado de Santa Catarina, cuja população é descendente daquelas famílias açorianas.

Por seu turno, Manuel de Medeiros, da Casa dos Açores de S. Paulo, Brasil, explanou o seu pensamento fundamentado na sua crença de que todas as nossas comunidades açorianas devem afirmar a "consciência universal açoriana", como meio de procurarem a propagação e perpetuação da nossa cultura e dos nossos valores, não permitindo que as nossas características se percam no tempo.

Como a todas não nos é possível dar o relevo desejado, queremos apenas dar especial realce em diversas áreas, entre tantas de bom nível, às intervenções dos seguintes Congressistas:

- Onésimo Teotónio de Almeida, que no seu estilo muito próprio e fluente apresentou com elevada criatividade comparações entre vivências açorianas (numa Escola de Rabo de Peixe) e da emigração na sua L(usa)lândia;
- Eduardo Mayone Dias, que dissertou sobre a vivência dos Picoenses em San Diego-Califórnia desde que lá chegaram no princípio deste século;
- Tony Cabral, político, Deputado Estadual, oriundo do Pico, que falou sobre a necessidade da integração político-económica e social dos açorianos nas suas comunidades de emigração;
- José Manuel Tavares Rebelo, da Casa dos Açores do Norte de Portugal Continental, sobre alguns aspectos da representação política e da necessidade dos produtos açorianos serem conhecidos e comercializados no exterior com o apoio dos núcleos de emigração açoriana;

Tiveram ainda intervenções de mérito:

- Tony Goulart, da Câmara de Comércio de San José-Califórnia;
- Diniz Borges do Centro Português de Cultura da cidade de Tulare;
- Manuel Medeiros da próspera comunidade açoriana de Caracas-Venezuela;
- Manuel Falcão Estrela do Jornal de Fall River;
- Leo Rosa, dos Amigos dos Açores de Toronto;
- Oliveira Neto, do Ciclo de Cultura Açoriana de Toronto;
- Carlos Almeida da UPEC;
- Mary Câmara da União das Sociedades Protectoras da Califórnia;

No decorrer dos debates do IV Congresso das Comunidades Açorianas onde tive a honra e o prazer de participar, tive a oportunidade de afirmar que o enriquecimento e a afirmação da nossa Açorianidade, só engrandece e enobrece a Lusitanidade.

Assim também pensam muitos congressistas vindos das mais diversas regiões do mundo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os transportes aéreos regulares de e para os Açores, é assunto sempre focado, desde que a TAP deixou de escalar os Aeroportos dos Açores de Terceira e S. Miguel nas suas viagens de Lisboa para a costa leste dos Estados Unidos e Canadá.

Nesta Casa-Mãe da Autonomia Açoriana, onde ocorreu a sessão solene de abertura do Congresso, não podemos nem devemos defraudar as legítimas expectativas que os nossos irmãos da Califórnia, Canadá e Nova Inglaterra, em nós depositam.

Nem os Deputados desta Casa, nem o Governo dos Açores, se podem desculpar, querendo fazer crer que as responsabilidades nesta questão nos ultrapassam.

É verdade que foi o anterior Governo da República que propôs à Comissão da União Europeia o plano de reestruturação financeira da TAP que contemplava o fim dessas mesmas escalas nos Açores.

É certo que essa injusta decisão era justificada com argumentos algo falaciosos e polémicos e nunca devidamente comprovados, de que essas rotas com escala nos Açores não eram financeiramente rentáveis, mas também é verdade que em Janeiro de 1994, alertada por rumores dessa nefasta possibilidade, esta Assembleia Legislativa dos Açores aprovou por unanimidade um Voto de Protesto contra essa decisão.

A partir daí ficou o Governo Regional dos Açores mandatado por esta Câmara para envidar todos os esforços políticos, no sentido de acautelar os direitos dos nossos emigrantes daquelas comunidades açorianas, bem como os dos açorianos residentes que lá se queiram deslocar em visita.

Se algo fez, nada transpareceu.

Depois duma visita de trabalho às nossas comunidades da Califórnia, em Abril/Maio de 1995, em que mais uma vez foram confrontados com esta injustiça, alguns deputados, que constituíram a Sub-comissão que aí se deslocou, deram forma ao sentimento de revolta dos nossos compatriotas, ao apresentarem nesta Casa, uma

Resolução que foi aprovada por unanimidade, em 1 de Junho, recomendando ao Governo Regional, para que junto do Governo da República mais uma vez (!) fizesse pressão política, no sentido de serem retomadas as escalas da TAP nos Açores.

Nós, **Deputados do PS, podemos e deveremos agora, e só agora, ser intermediários, junto do actual Governo da República - tutela da TAP -** mas, não nos podemos esquecer que **esse saneamento financeiro foi negociado com a União Europeia pelo Governo anterior e mantemos sérias e fundadas dúvidas se ele incluía esta questão.**

No entanto, **não gostaríamos** de mais tarde vir a **ser acusados, pela maioria PSD** nesta Casa, como há dois dias aconteceu, **de querermos ser Procuradores da Região**, apenas por nos empenharmos na solução de problemas, cuja resolução foi sistematicamente adiada pelos Governos anteriores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A Comissão instaladora ora constituída pelos Moderadores-Coordenadores dos três Grupos temáticos do Congresso e presidida pelo Presidente da Comissão Organizadora, tem como objectivo a criação dum **Conselho Permanente de Comunidades Açorianas.**

Esse Conselho Permanente de Comunidades Açorianas, cuja acção principal é: **acompanhar a execução das conclusões dos congressos já realizados**, deverá ter como uma das suas principais prioridades, reivindicar junto do Governo da República a resolução rápida do péssimo atendimento consular que afecta infelizmente a vida dos nossos emigrantes, bem como pugnar para que os Consulados existentes em áreas de grande concentração de emigrantes açorianos, sejam dotados de assessores ou funcionários com preparação e sensibilidade para tratamento de questões da insularidade e da açorianidade.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a esgotar-se.

O Orador: A **juventude emigrante**, de primeira e segunda geração, é uma grande preocupação e o grande dilema universal que hoje se nos coloca: **"conflito de gerações - compreendê-lo e atenuá-lo"**, passa pelo estudo e procura de soluções com a presença activa em próximos congressos dum forte representação da Juventude das nossas comunidades.

Se as questões de representação e participação políticas são importantes, eu diria mesmo muito importantes, cabe-nos um papel primordial de participação, como Deputados Regionais, no debate e na busca das melhores soluções para cumprir essas legítimas expectativas, o que não enjeitamos.

Não nos podemos esquecer de que o principal símbolo da Açorianidade será preservar os costumes, a cultura e as tradições, incentivando o ensino da Língua de Camões a nível oficial e encorajando ao mesmo tempo a nossa Juventude Emigrante para que evolua culturalmente, promovendo-se através da formação académica e da obtenção de licenciaturas nas mais diversas áreas técnico-científicas, o que lhes proporcionará, indubitavelmente, uma integração segura e prestigiosa nos meios político-económicos dos estados ou países onde vivem.

É igualmente muito importante e mesmo fundamental, a existência duma Comunidade Açoriana forte e liderante, organizada em "Lobby-étnico/cultural açórico", nos meios políticos, económicos, culturais e sociais dessas cidades e estados para onde emigraram.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A açorianidade e a sua vivência passam por fenómenos tão simples que, caso não mereçam uma cuidada atenção, tanto podem moldar positivamente a sua essência, como podem a longo prazo fazê-la cair no esquecimento. É o que se sente hoje na Califórnia com a hora inadequada em que é transmitido o programa bi-semanal da RTP-Açores. A continuar assim, apenas terá a audiência dos reformados ou desempregados. A população activa, emigrante dos Açores, nesse Estado Norte-Americano, em virtude da hora a que é transmitido, não tem acesso a esse importante programa de divulgação do dia-a-dia do nosso tempo, numa Região Autónoma tão diferente daquela que muitos deixaram antes de Abril de 1975 - data em que foi promulgada a primeira Constituição da República Portuguesa, que consagra o novo Regime Autónomico dos Açores.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo terminou.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A América e o Canadá já não são a terra da promessa, como chegaram a ser para muitos.

O conceito de Aldeia global, hoje e cada vez mais encurta distâncias e aproxima as pessoas.

É necessário que a força da açorianidade passe a ser encarada noutros moldes, com mais respeito pelo emigrante como cidadão dos Açores com direitos, mas acima de tudo com a humanidade que tantas vezes não lhe é dispensada quando cá se desloca, começando pelos locais de acolhimento nas gares aeroportuárias, ou ainda com a desconsideração de que muitos são vítimas nas Agências de Viagem que lá, lhes vendem as passagens com "OKs" não confirmados no destino.

Deixemos de encarar o emigrante, apenas como uma fonte de remessa de divisas - dólares. Tratemo-los com a verdadeira dimensão de quem um dia teve de deixar a sua terra e os seus amigos, e partiu à aventura ou por necessidade de encontrar uma vida melhor que aqui não lhe pudemos proporcionar, e que teve de enfrentar uma sociedade altamente competitiva e hostil quantas vezes até da parte dos seus próprios conterrâneos, companheiros de trabalho.

A saudade passa a ser então o seu único refúgio.

Triste refúgio.

Esta é a outra face da nossa emigração, aquela que não teve sucesso e que também não está nunca presente nos Congressos das Comunidades Açorianas.

São esses que merecem mais o nosso apreço, porque são esses Emigrantes que mais preservam na saudade a sua Açorianidade.

A todos os Açorianos emigrados aqui prestamos as nossas homenagens.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS e do Deputado Indep.)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao subir a esta tribuna pela 1ª vez, após a tomada de posse do VI Governo da Região Autónoma dos Açores, não posso deixar de saudar Sua Ex.^a o Senhor Presidente do Governo Regional, embora não esteja presente, bem como todos os elementos que

formam a sua equipa, desejando ao mesmo tempo que a acção governativa recentemente iniciada se traduza em desenvolvimento e bem estar para todos os Açorianos.

Gostaria de dirigir uma saudação muito especial aos novos Presidente e Vice-Presidente desta Assembleia, com a certeza de que saberão desempenhar dignamente os altos cargos que lhe foram confiados.

Mais uma palavra ainda de saudação para os senhores deputados Eugénio Leal, Aurélio da Fonseca e Martins Goulart, recentemente regressados e que com certeza com os vastos conhecimentos que possuem enriquecerão esta Assembleia.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Dado os recentes acontecimentos de carácter político que a nossa Região atravessou, houve necessidade de se formar um novo Governo o qual vai dirigir os destinos das nossas Ilhas até ao fim da Legislatura que teve origem nas eleições de Outubro de 1992, onde claramente e por maioria absoluta, o povo Açoriano mandou o Partido Social Democrata para governar até às próximas legislativas a ocorrer também em Outubro, mas do próximo ano.

Formado então o novo Governo, apresentou este à Assembleia Legislativa, conforme é seu dever e estipula o Estatuto Político-Administrativo da Região, o seu programa.

É este o instrumento que contém as ideias e os parâmetros que nortearão as acções a levar a cabo durante o seu mandato.

No entanto, chegado o referido programa a esta Casa e iniciada a sua discussão, fácil foi ver que as forças partidárias da oposição representadas neste Parlamento, tinham sobre ele uma visão pessimista, negativista e chegaram mesmo a afirmar, pela boca dos seus Deputados, que se tratava de uma cópia, com alguma cosmética, do anterior Programa da responsabilidade daquele que foi o V Governo.

Penso que com este tipo de apreciação, o que pretende dizer a oposição é que pouco ou nada tem sido feito nesta parcela autónoma de Portugal e a responsabilidade disso seria do PSD e dos seus sucessivos mas legítimos e democráticos Governos.

Nada mais falso!

Desde já, devo dizer que muito me orgulho, como Deputado do PSD, da obra feita pelo meu Partido nos Açores.

Os diversos governos da responsabilidade do PSD, sempre liderados pelo Dr. Mota Amaral, muito nos deram e sempre tiveram como estrela orientadora programas que, conforme agora dizem os senhores deputados da oposição, serviram de base à elaboração daquele que ontem aqui aprovámos.

Não admira, pois, que os senhores deputados da oposição vejam muitos defeitos neste documento, pois em todos os anteriores também viram e julgo até que nunca votaram nenhum Programa favoravelmente, mas eles, como disse atrás, sempre deram frutos às nove parcelas do Açores.

Não acho que o Programa já aprovado, a ter-se baseado nos anteriores, fosse um defeito, antes pelo contrário, penso que é uma virtude de até porque a contínua preparação para futuro deverá estar sempre alicerçada no presente e até no passado.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Não termino esta curta intervenção sem deixar aqui embora de forma telegráfica, algumas preocupações relativas à Ilha que me elegeu e para as quais se espera a devida resposta.

Transportes;

Dada a posição geográfica da Graciosa, os transportes de e para aquela Ilha, quer marítimos quer aéreos, não se processam nos melhores moldes e julgamos que sem serem revistos certos aspectos, a Ilha continuará a ser penalizada e não poderá desenvolver sectores onde se vislumbram grandes aptidões, como por exemplo a agricultura, a vitivinicultura o turismo, etc.

Turismo;

Possui já a Ilha três Residenciais e alguns restaurantes de nível aceitável que é preciso rentabilizar.

No entanto, para além das belas paisagens da Ilha, da Caldeira, das Termas do Carapacho e de um mar sem poluição, pelo menos aparente, pouco mais temos para oferecer a quem nos visita.

É assim necessário que na área da animação a Secretaria Regional do Turismo e Ambiente apoie os privados que queiram investir naquela Ilha.

Agricultura;

Continua a denominada Ilha Branca a precisar de mais alguns caminhos de penetração e de serem melhorados os já existentes já que os seus pisos grande parte em macadame, se encontram quase intransitáveis.

Nos Lacticínios, a Cooperativa da Ilha está a desenvolver o projecto para a sua nova Fábrica de produtos de derivados do leite. Espera-se que ela possa em breve ser uma realidade com o apoio governamental já prometido, aliás à semelhança do que foi feito noutras Ilhas.

Outro aspecto ainda sem solução é aquele se prende com a classificação do leite que apesar de já ter sido várias vezes prometido, continua sem a almejada solução.

Pescas;

Continuamos na Graciosa sem Lotas, ou melhor dizendo sem edifícios próprios ou apropriados a esse fim. Esperamos, nós e os graciosenses também, que este seja o ano em que se avance pelo menos com a Lota da Praia, dado já existir o edifício que apenas necessita das obras de adaptação.

Apesar de as obras já se terem iniciado, a passo de caracol, continua por instalar o desejado guindaste no porto de pescas da Praia e os pescadores continuam mal servidos com as condições de operacionalidade da rampa de varagem ali existente.

Educação e Cultura;

Estão, as escolas do 1.º ciclo e Básica 2,3, em Santa Cruz, a rebentar pelas costuras e por consequência a precisar de serem ampliadas.

Reclama-se também a resposta adequada por parte da Secretaria Regional da Tutela. Não podemos deixar passar esta ocasião, depois de uma luta que gostosamente travámos em conjunto com a Comissão de Pais e o Conselho Directivo, mas que felizmente vimos coroada de êxito, para nos regozijarmos com a entrada em funcionamento na Ilha Graciosa do 10.º ano de escolaridade.

Devo ainda, dentro desta área, chamar a atenção para a necessidade de se ampliar o já superlotado Museu da Ilha Graciosa.

Pelo anterior Governo Regional, foi prometida a oficialização da Academia Musical da Ilha Graciosa, nesta Legislatura. No entanto, estamos a um ano do término daquela, e espera-se que o prometido venha a ser realidade.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, antes de darmos qualquer resolução sobre os nossos trabalhos, pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e aos Srs. Deputados das Representações Parlamentares o favor de se aproximarem da Mesa da ALRA.

(Pausa)

Presidente: Srs. Deputados, pedia o favor de tomarem os vossos lugares para darmos continuidade aos trabalhos com o Período da Ordem do Dia.

O ponto n.º 1 da Ordem do Dia, refere-se à **Proposta de Resolução sobre o "Apuramento do Real Montante da Dívida Pública Regional"**.

Está aberta a discussão sobre esta Proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Apenas para referir que dado a forma como ontem foi apreciado o processo de urgência e dispensa de exame em Comissão, em que se penetrou no conteúdo desta Proposta de Resolução, na nossa opinião e uma vez que o Partido Popular é seu subscritor, a matéria encontra-se suficientemente discutida. Pela nossa parte estamos aptos a votar.

Presidente: Continua a discussão.

Não havendo mais intervenções, vamos votar a Proposta de Resolução apresentada pelo Partido Popular.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto n.º 2 da nossa Ordem do Dia que se refere ao **"Relatório sobre a saída de doentes da Região Autónoma dos Açores"**.

Está presente o relatório da respectiva Comissão.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em Dezembro de 1994, foi aprovado pela Portaria n.º 68/94 o novo regulamento de deslocação de doentes na Região, para o Continente e para o estrangeiro.

Como este regulamento estava previsto entrar em vigor no dia 1 de Janeiro de 1995, o senhor Director Regional da Saúde achou por bem enviar um ofício aos conselhos de administração das diversas unidades de saúde da Região, chamando a atenção para este normativo que introduziu "substanciais alterações no sistema", pedindo ao mesmo tempo que fossem apresentadas "sugestões que permitissem clarificar algum aspecto que levantasse dúvidas".

Correspondendo a este apelo, o Conselho de Administração do Hospital de Ponta Delgada, "na sequência de uma análise mais aprofundada sobre as disposições contidas na Portaria 68/94", levanta algumas questões à Direcção Regional de Saúde e, depois de ver esclarecidas as dúvidas, resolve, no dia 10 de Fevereiro de 1995, enviar um Fax aos conselhos de administração de todos os centros de saúde, dando directrizes que contrariavam profundamente o regulamento de deslocação de doentes que recentemente havia sido aprovado.

É claro que as reacções não se fizeram esperar. No dia 13 de Fevereiro o senhor Deputado Álvaro Manito apresenta um requerimento pretendendo no fundo saber o que deveria fazer - cumprir o Regulamento ou as directrizes emanadas do Hospital de Ponta Delgada?

No dia 20 de Fevereiro, os senhores Deputados do PS Rui Pedro Ávila, Manuel Serpa e Hélio Pombo apresentam igualmente um requerimento onde, depois de tecerem considerações muito pertinentes e de demonstrarem as contradições existentes entre o Regulamento e as instruções comunicadas pelo Hospital de Ponta Delgada, solicitavam que o senhor Secretário Regional da Saúde informasse se havia "avalizado" as ordens dadas pelo referido hospital.

Na sequência da confusão que se havia gerado, no dia 27 de Março, reúnem os conselhos de administração dos três hospitais da Região com o senhor Director Regional da Saúde e elaboram um documento a que chamaram **Protocolo de**

Articulação entre os hospitais de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, protocolo este que vem contrariar de forma clara as disposições constantes do regulamento da deslocação de doentes e acaba por vir confirmar e dar cobertura às já mencionadas "ordens" ditadas pelo Hospital de Ponta Delgada. Estava assim dada, de forma indirecta, a resposta aos Deputados do PS.

Curiosamente no dia seguinte, dia 28 de Março, este assunto é trazido ao plenário desta Assembleia pela voz de vários senhores Deputados dos diversos Partidos aqui representados, tendo sido tecidas duras críticas pelos senhores Deputado Rui Pedro Ávila e Paulo Valadão que viria mesmo a apresentar uma proposta de resolução, mais tarde aprovada por unanimidade, no sentido de mandar a Comissão de Juventude e Assuntos Sociais para estudar em profundidade esta matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mesmo depois de serem conhecidas todas as críticas que de uma forma geral foram feitas por aqueles que legitimamente representam o Povo destas ilhas, e depois de ter sido aprovada a Resolução atrás referida, o senhor Director Regional da Saúde, certamente com o conhecimento e aquiescência do Senhor Secretário, mostrando-se completamente insensível ao descontentamento generalizado que grassava pelas nossas ilhas, o senhor Director Regional, dizia, emite no dia 26 de Abril, uma Circular Normativa para todas as unidades de saúde da Região, transmitindo orientações que, como já acontecera com os outros documentos contrariavam, de forma explícita e inequívoca, o regulamento de deslocação de doentes aprovado pela Portaria 68/94 .

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É esta a história, no mínimo insólita, de como foi possível, com simples medidas administrativas, subverter completamente uma Portaria que havia sido assinada conjuntamente pelo Secretário Regional das Finanças e pelo Secretário Regional da Saúde e Segurança Social. Por alguma razão ela foi assinada por dois membros do Governo. Como podem então ser introduzidas alterações que desvirtuam o que foi conjuntamente assinado?

Como é possível conceber que um regulamento que levou tanto tempo a ser feito, (recorde-se que desde 1991 se trabalhava na reformulação de legislação então em vigor), um regulamento que contou com a participação e consenso dos responsáveis

pelos centros de saúde, como é possível conceber, dizia eu, que este regulamento pudesse, de um momento para o outro, ser contrariado unilateralmente por uma das partes envolvidas, neste caso os Hospitais/Direcção Regional de Saúde?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O regulamento de deslocação de doentes, tal qual foi aprovado pela Portaria 68/94, mereceu no essencial a aprovação dos responsáveis pelas unidades de saúde. Contudo, a forma quanto a nós precipitada como foi posto em execução, provocou desde logo algum descontentamento, sobretudo nos doentes com tratamentos em curso em hospitais da Região e do Continente que não aceitaram, nem aceitam de bom grado não poderem continuar a ser assistidos por quem o já vinha fazendo, nalguns casos, há vários anos. Este é um aspecto concreto que deve ser revisto.

Outra situação que requer alguma ponderação, prende-se com a equidade no acesso aos cuidados de saúde, nomeadamente no que respeita ao recurso à clínica privada.

Este regulamento, nesta matéria, é muito restritivo, pois só permite as deslocações à clínica privada não convencionada nos "casos de ausência de recursos técnicos necessários na rede de serviços públicos". É de todos nós sabido que os hospitais, embora dispondo dos recursos técnicos, nalguns casos não têm capacidade de dar resposta atempada às diversas solicitações.

Este é um aspecto importante que deve ser ultrapassado e como tal carece de alguma clarificação. É obvio que interessa igualmente acautelar que não se repitam situações de abuso que vivamente repudiamos.

Estes, em nossa opinião, eram os dois maiores pecadilhos que se podiam apontar a este regulamento que, não é demais repetir, mereceu o consenso dos responsáveis das diversas unidades de saúde. Só isso explica que as alterações que se pretenderam mais tarde introduzir, tenham suscitado uma viva reacção não só por parte dos utentes, mas também por parte dos médicos de clínica geral e dos seus organismos de classe. A espelhá-lo, estão os diversos pareceres recebidos e que foram anexados ao relatório da Comissão.

Passou a ser evidente que se impunha reavaliar toda esta problemática. Foi o que aconteceu. De acordo com o compromisso já assumido pelo Senhor Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, os aspectos mais controversos que foram

detectados, vão ser revistos em conformidade com as recomendações da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais.

Isto só foi possível, dada a intervenção firme e persistente de alguns deputados, especialmente das ilhas que sentem com mais premência estes problemas. Intervenção que permitiu dar voz ao descontentamento e ensejo das populações e que veio provar que afinal questões" processuais e adjectivas", contrariamente ao que afirmou o senhor Secretário Regional da Saúde do V Governo, podem ser debatidas nesta Casa, podendo até ser aprovadas recomendações no sentido da sua alteração.

É claro que o mesmo Secretário, mas do novo Governo, embora contrariado, já tem, ou melhor passou a ter perante esta problemática, uma atitude mais flexível. De alguma coisa serviu esta mudança de Governo. Se os açorianos, finalmente se aperceberam e acreditarem que no mudar está o ganho, temos então razões para acreditar que num futuro próximo será confiada ao PS a tarefa de melhorar a Saúde na nossa Região.

Disse.

(Risos do PSD)

(Aplausos da bancada do PS e do Deputado Indep.)

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Ainda bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Por proposta da Representação Parlamentar do PCP, foi aprovada por esta Assembleia, a resolução que encarregou a Comissão de Juventude e Assuntos Sociais de elaborar o relatório que aqui temos presente.

Em primeiro lugar, quero congratular-me publicamente pela elaboração deste relatório, pelo trabalho desenvolvido pela Comissão, no sentido desta elaboração e pelas conclusões que se chegaram no mesmo.

Pensamos que o assunto é de importância para a Região de uma maneira geral, mas principalmente para as ilhas mais afastadas e, muito em especial, para aquelas que

tenham que canalizar os doentes para o Hospital da Horta, pois é aquele que no contexto regional é o que tem menos valências.

Consideramos também que é importante a compreensão que a Comissão e esta Assembleia têm tido, em relação a esta matéria que tem atingido dezenas e dezenas de utentes dos nossos Centros de Saúde e tem causado problemas muito grandes durante todo este ano a muitas pessoas.

Este relatório assume exactamente esses problemas e verificou uma série de contradições que aqui estão mencionadas, entre a portaria que foi emitida, o protocolo realizado e a circular normativa saída.

As conclusões a que me referi, penso que devem ser implementadas desde já. Aliás, entendemos que a partir da reunião que foi efectuada pelo Sr. Secretário Regional, estas conclusões deveriam ter sido implementadas, porque a situação ficou, em nosso entender, perfeitamente clarificada.

Diz-se nas conclusões do relatório: "a comissão recomenda que os doentes dos Centros de Saúde que apresentem situações que ultrapassem as possibilidades humanas e técnicas de tratamento e diagnóstico existente ao nível do seu concelho de residência, não sejam obrigatoriamente enviados para o hospital da sua área de influência, mas para a unidade de saúde pública ou convencionada mais próxima que disponha dos meios adequados para o tipo de cuidados em causa. Que os doentes com tratamentos em curso aquando da entrada em vigor do novo regulamento da deslocação de doentes quer na Região, quer no Continente, possam continuar os seus tratamentos nas unidades de saúde que lhes vinham prestando a referida assistência."

Finalmente, "embora a portaria preveja as deslocações à clínica privada quando a rede pública convencionada não disponha dos recursos técnicos necessários, parece-nos deverem merecer uma maior atenção as situações de grande atraso existente da rede pública que não permitem que dalgumas especialidades os utentes obtenham uma consulta em tempo útil."

Pensamos que estas três conclusões satisfazem as reivindicações que por toda a Região e repito, principalmente nas Ilhas mais afectadas, têm-se feito sentir.

O que nós não compreendemos é que apesar destas conclusões, apesar de todo este debate, se continue nalguns centros de saúde a fazer tábua rasa destas conclusões.

O Sr. Secretário Regional, no debate do Programa do Governo, afirmava que tinham sido dadas instruções no sentido da situação ser alterada.

A realidade é que não verificamos que tenha havido qualquer alteração em relação a esta matéria.

Por isso, e em conclusão, consideramos que seria fundamental de uma vez por todas que, efectivamente, o Governo Regional pudesse aceitar aquilo que foi acordado entre a Comissão e o Sr. Secretário Regional e, desde já, alguns comportamentos, algumas situações graves que se têm verificado até ao momento, pudessem ter o encaminhamento que todos nós desejamos e esperamos.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Manito.

Deputado Álvaro Manito (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aos Deputados cabe a tarefa de transmitir aos governantes as legítimas preocupações do povo que os elegeu.

Como Deputado, fui o primeiro a transmitir, sob a forma de requerimento e, posteriormente aqui nesta Assembleia, as preocupações do Povo do Pico e de outras Ilhas, no que se refere às dificuldades sentidas no acesso às consultas de especialidade resultantes da aplicação da Portaria 68/94.

Acompanhei de perto todo o processo também pelo facto da profissão que exerço.

Recebi muitas reclamações por parte dos utentes na minha qualidade de Deputado.

Participei na reunião da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais em Ponta Delgada, nos dias 24 e 25, de Outubro último, aonde foi ouvido o Sr. Secretário da Saúde e Segurança Social e registo com agrado a posição assumida pelo Sr. Secretário, concordando com alguns ajustes na aplicação da referida portaria e que irão facilitar o acesso aos cuidados de Saúde diferenciados (consultas de especialidade) por parte dos utentes das Ilhas sem Hospital.

Da referida reunião resultou como conclusão um parecer aprovado por unanimidade, que vem de encontro à posição que assumimos inicialmente e que sempre defendemos, por pensar ser a posição justa e adequada aos reais problemas daqueles com quem contactamos diariamente.

Espero agora que as posições assumidas e recomendadas sejam rapidamente postas em prática, para que não sejam criados mais transtornos àqueles que, pelo facto de estarem doentes, são obrigados a se deslocarem para fora da sua ilha de residência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social:

Eu queria fazer aqui um pequeno reparo à forma como os doentes da Graciosa continuam a ser tratados em termos de passagens vindas do Hospital de Angra.

Numa fase inicial à entrada da portaria, os doentes para as consultas subsequentes, como está determinado nesta portaria, deslocavam-se ao Centro de Saúde da Graciosa para obterem a credencial de deslocação e a respectiva passagem que por vezes não estava prontas e tinham que ir no dia seguinte.

Depois, por vezes recebiam instruções para irem à SATA a ver se realmente já tinha a passagem, com os inconvenientes de demora e muitas vezes longas esperas no escritório da mesma onde aguardavam pacientemente a chegada da bendita passagem.

Ultimamente, dá-se uma coisa realmente insólita, os doentes têm que se deslocar ao aeroporto para ver se realmente vem ou não vem a passagem. Acontece que muitas vezes essa passagem chega só na hora do embarque e já aconteceu - poucos casos, mas já aconteceu - que o doente para não perder a consulta ou alguns exames de análises ou radiografias ou mesmo alguma intervenção cirúrgica, vê-se obrigado a pagar a passagem para depois receber tardiamente o reembolso da mesma.

Ainda ontem foi dito nesta Casa que a política é a arte de tornar possível o que é desejável. Eu acho que não é necessário nem arte nem tão pouco engenho, para tornar possível que os doentes da Graciosa passem a receber realmente do Centro de Saúde a respectiva passagem com bastante antecedência, com três ou quatro dias de antecedência, e a credencial de deslocação para não andarem no vai e vem, para irem ao aeroporto e com todos os inconvenientes que daí advêm.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Afinal nós tínhamos razão e todos lucrámos com isso.

O Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social alterou a sua posição. A partir de 29 de Março, nesta Casa, quis-nos convencer que nós não tínhamos razão, porque as coisas não se estavam passando assim.

Embora ainda hoje eu tenha algumas dúvidas sobre os pareceres que chegaram à Comissão, onde se encontrava fundamentada as áreas de influência dos hospitais e se não será também essa uma das contradições daquilo que na prática se faz nesta Região, contradições com a portaria e com o regulamento da portaria que estamos aqui hoje tratando.

Mas ficou-lhe bem e fica sempre bem quando se pode reconhecer que havia açorianos, concidadão nossos, que foram martirizados pela insensibilidade política de alguém que deveria estar para servir, a insensibilidade política de alguém que deveria ter em atenção só isto: a terceira idade merecia algum respeito.

Tudo já foi dito.

O relatório está muito bem feito e foi consensual nas conclusões a que chegou, mas não nos esqueçamos de que a questão era muito profunda a nível da classe médica.

Nós poderíamos citar situações incríveis que foram ditas pelos centros de saúde e que não julgaríamos que viessem reproduzidas em papéis chegados a esta Casa.

Não era essa a opinião que o Sr. Secretário nos transmitia. Na sua opinião, tudo tinha sido combinado com a classe médica. "Dar maior abertura aos pedidos feitos, aos que vão à junta médica para continuidade de tratamento de especialidade, quando não existir na Horta e autonomia ao centro de saúde, no sentido de ser ele próprio a encaminhar o doente para a referida especialidade, adoptando-se o mesmo procedimento no caso das evacuações".

Dizemos isto, por exemplo, para o caso do Centro de Saúde de St.^a Cruz das Flores. E é isso que era contestado.

Felizmente, julgo que hoje sairá desta Casa uma implícita determinação por parte do Sr. Secretário, para que faça uma coisa tão simples, ou seja, emendar e cumprir aquilo que ele aprovou juntamente com o Sr. Secretário das Finanças de então.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (*António Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Chegámos, finalmente, ao termo de um processo já longo, que deu origem a muitas intervenções nesta Assembleia e deu origem a várias posições dos órgãos de comunicação social.

Ainda bem que foi aprovada por esta Casa, a decisão da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais fazer um estudo aprofundado sobre esta matéria.

Aliás, quero felicitar esta Comissão pelo magnífico trabalho que realizou, com uma profundidade que é de registar, ouvindo todas as unidades de saúde, utentes, entidades representativas de profissionais tais como ordens, sindicatos, o que lhe permitiu fazer sugestões e habilitou também outra coisa muito importante, isto é, repor nos seus devidos termos toda a discussão à volta da deslocação de doentes.

Foi aqui lembrado por alguns Srs. Deputados, aliás os debates tiveram lugar nesta Sala, mas se forem ver bem o que está dito no Diário das Sessões, verão que o que se punha em causa era a Portaria da deslocação de doentes. E na altura, eu disse e reafirmo que a Portaria da deslocação de doentes era uma boa medida, que se tornava necessária a sua aprovação, que já devia ter sido aprovada há mais tempo. Mas reconhecia também que estavam a acontecer problemas na execução da respectiva Portaria. Isso vinha inclusivamente transmitido na comunicação social sob o título - salvo erro - "a contestação de fundo à Portaria da deslocação de doentes".

O trabalho da Comissão permitiu, assim, repor a verdade e recolocar toda esta questão nos seus devidos termos. E, afinal, há acordo **unânime** sobre o Regulamento da deslocação de doentes, a Portaria é considerada **por todos** como uma boa medida, com validade, que pretende disciplinar, pretende racionalizar - tal como eu já defendia aqui nesta Casa, e porque nós também fizemos o trabalho de casa e não ficámos à espera do trabalho e das conclusões desta Comissão, fomos às Flores para termos reuniões com responsáveis, ouvindo, caso a caso, as reclamações de alguns utentes que nos tinham chegado ao conhecimento; inclusivamente, tivemos reuniões com o Hospital da Horta, individualizando as questões, para também nos apercebermos onde é que existiam os problemas e os entraves na execução da tal Portaria.

E, porque as coisas são mesmo assim, ou seja, quando existem problemas objectivos e não criados, chegámos a determinadas conclusões evidentes. E não é por acaso que a Comissão de Juventude e Assuntos Sociais e nós, Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, chegámos às mesmas conclusões, a tal ponto que quando eu fui chamado a essa Comissão, a uma reunião realizada no dia 24 de Outubro, todos os Srs. Deputados que fazem parte dela viram que foi sem qualquer problema que eu concordei com as observações que eram feitas e que eram fundamentalmente duas ou três:

- Na execução da Portaria através de circulares da Direcção Regional de Saúde, devia haver um entendimento mais restritivo em relação àquilo que estava previsto na Portaria, nomeadamente no que se refere a duas questões que criavam grande descontentamento junto dos utentes, ou seja, cortar o tratamento que alguns doentes vinham tendo já há vários anos, obrigando-os a dirigir-se ao Hospital da Horta - e eu considerei que esse era um aspecto que tinha que ser revisto, na medida em que há uma ligação técnica, pessoal, de conhecimento do próprio processo clínico num determinado caso e, por consequência, concordei com essa medida de que todos os casos que antes da entrada em vigor da Portaria fossem já tratados por outros hospitais que não o da Horta, ou mesmo hospitais do Continente, esses tratamentos deviam manter-se.

A outra questão, foi a de reconhecer que, nos casos em que não há resposta de valência médica especializada, nomeadamente no Hospital da Horta, fosse permitido aos médicos do centro de saúde enviar para outro hospital da Região que tivesse essas valências.

Em relação à clínica privada, eu disse e mantenho, aliás penso que é também reconhecido pelos Srs. Deputados, que o entendimento de acesso à clínica privada é restritivo e deve manter-se assim. Ou seja, devemos esgotar e aproveitar ao máximo, os recursos públicos que temos no nosso Serviço Regional de Saúde. E só em casos excepcionais - não tornando esses casos excepcionais regra nem de fácil execução - é que poderemos fazer uma ultrapassagem ao Serviço Regional e passá-los para a privada. Até porque a privada na nossa Região, não é realmente privada. Ela é exercida por profissionais que também têm o seu vínculo à função pública e também

são funcionários públicos, por consequência é uma questão de gestão dos recursos. No entanto, está aberta e a própria Portaria prevê, a possibilidade de acesso à clínica privada, em casos em que há dificuldades e grandes bloqueamentos.

Por outro lado, também reconheci há dois dias durante o debate, que há determinadas especialidades médicas na Região que são cronicamente causadoras de listas de espera, em relação às quais terá que haver um entendimento adequado.

Por tudo isto, congratulo-me com o relatório da Comissão e também com o facto que é perfeitamente evidente - e não tenho qualquer custo em reconhecê-lo - ou seja, quando há na execução de determinadas medidas, apesar de serem intencionalmente boas, alguns problemas, o que temos que fazer é proceder às devidas alterações e adequações e foi isso que foi feito.

Relativamente ao "timing" da execução destas propostas, é evidente que só há uma coisa que "antes de o ser já o era", Sr. Deputado Paulo Valadão, isto é, a pescada - antes de ser **pescada** já se chamava "pescada".

Em relação a esta matéria, não íamos tomar nenhuma medidas, porque até seria incorrecto, sem ter um conhecimento exacto do relatório desta Comissão. Por outro lado, não conhecia o relatório e por isso não sabia se poderia haver no mesmo propostas de alteração da Portaria, que só poderiam ser feitas depois deste Governo estar investido, o que aconteceu apenas anteontem. E só a partir de agora é que existem condições para se proceder à alteração.

O Sr. Deputado tem uma grande dificuldade - ao contrário do que eu demonstrei - em dar a "mão à palmatória".

É indiscutível, sob o ponto de vista jurídico e sob o ponto de vista político, que a questão existiu, mas o Sr. Deputado continua na sua de que eu devia ter alterado imediatamente as posições, na altura que o Sr. entende. Estas coisas têm as suas regras e, por conseguinte, ficar-lhe-ia muito bem também um pouco de humildade e de reconhecimento de que o Sr. Deputado se enganou e mais, produziu uma grande asneira jurídica.

Quanto ao resto, devo dizer-lhe que depois de ter conhecimento destas recomendações da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, elas vão ser lidas e estudadas com toda

a ponderação e consideração que me merecem e aquilo com que eu concordei na reunião do dia 24 de Outubro, será posto em execução o mais rapidamente possível.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero manifestar, publicamente, a minha satisfação pela resolução ocorrida, que vem minorar embora não resolva, um dos problemas mais graves no sector da saúde que atingem algumas ilhas.

Quero manifestar também a minha dupla satisfação, porque ficou provado e comprovado nesta Assembleia que, afinal, os nossos protestos e reivindicações não eram fruto de "razões ancestrais" ou de factores do foro psicológico.

Nós não temos complexos de inferioridade. Temos, sim, problemas graves que têm que ser resolvidos e oxalá que se identifiquem outros problemas que afligem e que também não são, de certeza, fruto das tais razões ancestrais ou de factores do foro psicológico, mas sim bem reais, de quem vive o dia-a-dia no lugar onde Deus os colocou, no meio deste Atlântico.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para pôr as coisas nos seus devidos lugares, Sr. Secretário.

Da nossa parte, sempre tratámos este assunto da maneira como devia ser. Ou seja, defendemos a aplicação da Portaria, nunca estivemos contra ela.

No dia 29 de Março, foi afirmado aqui que "os cuidados de saúde que não possuímos, os entraves burocrático-economicistas que sofremos da procura de especialidades médicas que não existem na ilha, ou a incerteza decorrente de não respeitar legislação criada pelo Governo em Dezembro último, regulando as deslocações de utentes a partir dos centros de saúde, e que agora já não se quer cumprir".

Foi isto que sempre foi posto em questão nos nossos requerimentos, ou seja, aquilo que nunca se pôs na prática. Isto é, as juntas médicas, nas ilhas desprovidas de hospital, deviam funcionar junto dos centros de saúde - isso nunca se implementou.

É só para que isto fique muito claro.

Por último, um pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário.

Vem referido como uma das conclusões do relatório da Comissão o seguinte: "- Que os doentes com tratamento em curso, aquando da entrada em vigor do novo regulamento das deslocações de doentes, quer na Região quer no Continente, possam continuar os seus tratamentos nas unidades de saúde que lhes vinham prestando a referida assistência".

- Qual a abrangência desta conclusão, se é que concorda com ela, pelo que pude depreender agora das suas palavras, até que ponto se englobam doentes que recebiam tratamento no Instituto de Oncologia e que deixaram de ser subsidiados pela Região, portanto continuam a ir lá mas às suas custas?

Gostaria de saber o que é que se vai fazer principalmente nestes casos, pois não há outra hipótese, ninguém quer mudar de médico com doenças deste tipo?

Agradecia-lhe imenso uma resposta da sua parte.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há aspectos referidos pelo Sr. Secretário que defende que só a partir da investidura do Governo é que podem ser resolvidos.

Nós concordamos que isso tem cabimento em determinados aspectos. Porém, há outros aspectos do foro administrativo que não precisam da investidura do Governo para serem resolvidos. São esses aspectos, que em muitos casos poderiam ter sido assumidos e por isso nós não admitimos que se leve 15 dias para que sejam resolvidos.

O Sr. Secretário diz que eles vão ser resolvidos o mais rapidamente possível, pois nós ficamos a aguardar e esperamos, efectivamente, que seja muito rápido, porque é isso que os utentes da nossa Região exigem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (António Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para responder ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, para dizer-lhe que é exactamente isso que se pretende. Ou seja, aqueles doentes que têm vindo a ser tratados à data da publicação da Portaria, nomeadamente no Instituto de Oncologia, e que foram em determinada altura encaminhados para outros hospitais da Região, continuarão, se assim o entenderem, a ser tratados no referido Instituto.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições para este assunto, vou pôr à votação este relatório da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: O Relatório n.º 2/95 sobre a Saída de Doentes, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto 3 da Ordem do Dia referente a uma Anteposta de Lei sobre "**Medidas Excepcionais tendentes a Minorar os efeitos sócio-económicos da Redução da Presença do Destacamento das Forças dos Estados Unidos da América na Base das Lajes**".

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No dia 28 de Março do ano corrente, tentámos justificar perante esta Assembleia as razões que levaram o Partido Socialista a apresentar a Anteposta de Lei que está novamente em discussão.

Nessa data, a situação dos despedimentos em curso na Base das Lajes, apresentava-se num quadro bastante diferente daquele que existe hoje.

Pairava no ar a ameaça de despedimento de 155 trabalhadores durante o ano de 1995, englobados no despedimento colectivo anteriormente anunciado até finais de 1996, devido a cortes no orçamento da Defesa dos Estados Unidos da América.

Quando se procede a despedimentos, os trabalhadores mais novos, em termos de anos de prestação de serviço, são os primeiros a serem despedidos.

Ora, a urgência que havia na aprovação desta Anteproposta naquela altura, prendia-se com a possibilidade de evitar que fossem esses mais novos a perderem o seu posto de trabalho.

Isto porque, aprovada esta Anteproposta de Lei, trabalhadores com idades inferiores aos 55 anos estariam interessados em negociar o seu despedimento por acordo mútuo, em número suficiente para evitar que os mais novos fossem despedidos.

Não foi compreendida essa urgência e essa necessidade, e a Anteproposta baixou novamente à Comissão, por interesses que não eram com certeza os dos trabalhadores sobre quem pairava tal ameaça.

Por um factor que se pode considerar de puro acaso, os despedimentos não aconteceram como estavam previstos, porque o orçamento para a defesa dos Estados Unidos não sofreu o corte anunciado.

O número de interessados em rescindir o contrato de trabalho por mútuo acordo satisfez as exigências, quanto ao número de postos de trabalho a reduzir e acabou por evitar que fossem executados despedimentos compulsivos em 1995, tais como os que foram realizados em 1991.

O facto dos Estados Unidos terem possivelmente outras ideias para aquela Base, deve ter pesado nesta circunstância.

Chegamos, assim, à constatação de que os postos de trabalho na Base das Lajes não dependem minimamente do empenhamento, do esforço, da capacidade e muitas vezes do espírito de sacrifício de que os trabalhadores são capazes na maior parte dos casos, para colaborarem na viabilidade das empresas onde trabalham.

Ali, só a Paz ou a Guerra influenciam o aumento ou redução dos postos de trabalho, pois só elas têm capacidade de influenciar o orçamento dos Estados Unidos para a defesa.

Ora, de acordo com o art.º 13.º número 2, alínea g), do recém aprovado Acordo Laboral, basta o corte orçamental, ajustamento estrutural, falta de trabalho ou outras alterações de missão, para que o despedimento colectivo seja considerado de justa causa.

Estamos, pois, perante situações muito diferentes das restantes entidades empregadoras, ao mesmo tempo que temos de reconhecer que devido àquela Base, se

encontram na Ilha Terceira inúmeras pessoas que só para ali foram devido ao emprego conseguido.

Se tivermos presente o exemplo do que aconteceu na Ilha das Flores, isto é, a hipótese de encerramento total como consequência nefasta para os trabalhadores, então estaremos conscientes dos perigos que na verdade pairam sobre os trabalhadores daquela Base e sobre a situação sócio-económica da própria Ilha Terceira e dos Açores em geral.

É, pois, nossa opinião que, numa forma especial para os trabalhadores não abrangidos pelo Decreto-Lei 79-A/89, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 418/93, os futuros Acordos a estabelecer com os Estados Unidos devem contemplar medidas que, à semelhança desta aqui apresentada, sirvam para que durante a vigência de cada Acordo lhes sejam salvaguardadas as suas situações económicas em caso de despedimentos colectivos.

Ao contrário do que alguns responsáveis sindicais pretendem fazer crer, esta anteposta não facilitará os despedimentos. Antes, terá a virtude de minorar a angústia de quem perde o seu emprego e não tem hipótese de conseguir outro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Anteposta da autoria do Partido Socialista visava, inicialmente, os trabalhadores da Base das Lajes. Foi assim que ela procurou vir a este plenário no anterior período legislativo.

A segunda análise feita em Comissão, alargou esta Anteposta de Lei aos trabalhadores que prestaram serviço na Estação Francesa de Medidas na Ilha das Flores.

Pensamos que a maior abrangência desta proposta, será aprovada na Assembleia Regional. Consideramos que tem uma importância fundamental, quer para os trabalhadores da Base das Lajes, quer para aqueles que prestaram serviço na Base das Flores e que foram despedidos, o que levou a uma situação grave, no que diz respeito a esses despedimentos e no que diz respeito à manutenção desses agregados familiares naquela, a partir da extinção da Estação Francesa.

No entanto, após esta aprovação que eu espero e desejo que se concretize nesta Assembleia Regional, persiste um longo caminho para a viabilização desta Anteproposta, ou seja, a sua transformação em lei.

Queremos deixar aqui o nosso desejo de que, com a rapidez necessária e as possibilidades dadas às pessoas abrangidas nesta Anteproposta, as mesmas possam vir a breve trecho beneficiar dos seus efeitos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata quer congratular-se com o facto do requerimento por si apresentado no dia 1 de Junho, ter feito com que esta Anteproposta tenha baixado novamente à Comissão, na medida em que ao contrário do que ocorrera então, este relatório vem apenso com uma série de pareceres de diversos Sindicatos e Comissões de Trabalhadores.

Tal facto, veio contribuir sobremaneira para que obtivéssemos mais pareceres, ao contrário do que então acontecera, pois apenas algumas Comissões foram notificadas para emitir o respectivo parecer.

Acho que este relatório, tal como se encontra, ficou enriquecido com a sua participação e nós como deputados e, conseqüentemente, como mandatários, estaremos mais à vontade e mais esclarecidos para irmos de encontro às posições defendidas pelo resto das organizações.

Relativamente ao conteúdo desta Anteproposta, o Partido Social Democrata votará favoravelmente, atendendo a que às dificuldades que são criadas com a redução do mercado de trabalho, é acrescida uma situação de alguma crise no mercado de emprego, reflectindo-se muitas vezes na forma como são efectuados os despedimentos na Base das Lajes, esta iniciativa naturalmente irá minorar (não resolverá mas vai minorar) a situação de alguns desses trabalhadores.

É óbvio e como disse aqui o Sr. Deputado Paulo Valadão, esta iniciativa, por si só, e a sua aprovação neste Parlamento, não significa a sua entrada em vigor. Aguardaremos agora que com a aprovação desta iniciativa, a Assembleia da República a acolha e a aprove no sentido de, com a sua entrada em vigor e indo de encontro a uma injustiça

que muitas vezes é criada, pela forma inopinada como muitos despedimentos foram efectuados.

É por estas razões que o Partido Social Democrata vai votar favoravelmente esta iniciativa.

Presidente: Não havendo mais nenhuma intervenção para esta apreciação na generalidade, vou pôr à votação esta Anteproposta de Lei.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Anteproposta de Lei n.º 2/95, foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à discussão na especialidade.

A Representação Parlamentar do Partido Comunista Português apresenta para o artigo 3.º uma proposta de alteração que já fiz distribuir pelos Srs. Presidentes dos Grupo Parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Comissão de Juventude e Assuntos Sociais apresentou um texto de substituição para a discussão na especialidade.

O Partido Social Democrata entregou na Mesa um documento em que assume o texto de substituição da Comissão.

Presidente: Está aberta a discussão, na especialidade, com essa referência especial à proposta de alteração apresentada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão a quem dou a palavra.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração que apresentamos, já foi presente também em sede de Comissão e resolvemos mantê-la aqui em Plenário.

Refere-se ao artigo 3.º, alínea b), concretamente em relação aos requisitos para atribuição da pensão extraordinária.

Assim, de acordo com a proposta inicial e com a proposta que vem da Comissão, a idade que é fixada para a cessação do contrato é de 45 anos. Nós propomos a antecipação para 40 anos. Estamos, fundamentalmente, a pensar nos trabalhadores da

Estação Francesa de Medidas que tiveram o despedimento na altura do seu encerramento e entendemos que esta maior abrangência seria benéfica, fundamentalmente para esses trabalhadores.

Por outro lado, não acreditamos que o facto de se antecipar 5 anos àquilo que se propõe, irá provocar em relação à Base ainda existente aumentos de despedimentos.

Pensamos que a situação não iria colocar-se e daí a nossa proposta de alteração.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se o Partido Social Democrata fizesse demagogia, era fácil votar favoravelmente esta proposta de alteração do Partido Comunista Português, porque não tendo a maioria na Assembleia da República, iria eventualmente atirar as responsabilidades para o Partido Socialista, para a aprovação que é necessária sobre o voto favorável a esta alteração.

Nós temos que ser coerentes com aquilo que defendemos. Nós quando defendemos que era necessário, na nossa perspectiva, a audição das Comissões Representativas dos Trabalhadores e Sindicatos, era para também irmos de encontro aos legítimos interesses dos representantes dos trabalhadores.

Se num desses pareceres é a própria Comissão Representativa dos Trabalhadores que, mesmo assim aos 45 anos, acha uma idade reduzida, nós não podemos de forma alguma contrariar e não nos sentimos abalizados para questionar um parecer que é emitido por quem tem legitimidade para o dar.

Nesse sentido e como a Comissão Representativa dos Trabalhadores Portugueses ao serviço da FEUSAÇORES refere expressamente a idade, e como nós não fazemos demagogia com as nossas posições, votaremos contra esta proposta de alteração.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na Comissão, o Partido Socialista não aceitou este tipo de proposta agora apresentada pelo Partido Comunista, porque entendemos que tem que haver uma idade da qual se parta para se atribuir pensões deste género.

Entendemos também que a idade dos 45 anos é uma idade muito difícil para uma pessoa que é despedida, conseguir algum posto de trabalho. Daí que, até de acordo com a forma como isto é encarado a nível nacional pelo menos pelo Partido Socialista, quando se trata de questões de desemprego que considera também num texto que tenho presente e que diz textualmente o seguinte: "... o drama dos desempregados com mais de 45 anos de idade, com perspectivas muito reduzidas de encontrar novo emprego, os quais antes de 55 anos ficam sem qualquer protecção, aguardando a reforma aos 65 anos sem qualquer recurso e com perspectivas de pensão reduzida".

Portanto, entendemos - não copiando evidentemente aquilo que se faz a nível nacional - que é uma forma geral de atenção para com os trabalhadores com este limite de idade, ou seja, aqueles que ficam atingidos pela reforma antecipada, constante dos decretos que há pouco citei e aqueles que têm mais dificuldade em conseguir trabalho. Esta é a verdadeira razão pela qual não concordamos que este limite de idade seja antecipado para os 40 anos.

Aliás, em relação a questões negociais futuras, poderão ser até englobados todos os trabalhadores da Base das Lajes, independentemente da idade, para situações de despedimento relacionadas com cortes orçamentais que possam acontecer por parte dos Estados Unidos. Mas nesta proposta apresentada não foi essa a filosofia seguida por nós e por conseguinte, esta proposta não merece a nossa aprovação nem vamos inverter a nossa posição inicialmente assumida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós não consideramos que relativamente a um trabalhador despedido com 45 ou 40 anos, haja uma grande diferença no acesso a novo emprego. Nas situações objectivas da nossa sociedade, com os problemas de desemprego existentes, tendo em atenção toda a situação social que se vive nesta Região.

Por outro lado, o problema dos 45 anos ou outra idade qualquer, não é tampouco inovador da nossa parte.

Quero recordar aqui que, por exemplo, a reforma antecipada dos estivadores, que foi estatuída tanto a nível nacional como a nível regional, contemplou todos aqueles com idade superior a 42 anos.

Presidente: Não havendo mais intervenções na especialidade, vamos pôr à votação a proposta apresentada pelo PCP, ou seja, referente à alínea b) do art.º 3.º.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, mantêm-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada pelo PCP para a alínea b) do art.º 3.º, foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 14 votos contra do PS e registou 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Passamos à votação dos art.ºs 1º, 2º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º em bloco. Depois votaremos apenas em separado o art.º 3.º, tendo em conta a proposta de alteração que surgiu.

Assim sendo, os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: Os art.ºs 1º, 2º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o art.º 3.º, alíneas a), c) e d), conforme a proposta da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: As alíneas a), c) e d) do art.º 3.º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votamos agora a alínea b) do art.º 3.º, conforme proposta da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

O Sr. Deputados que discorda, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A alínea b) do art.º 3.º foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 14 votos a favor do PS e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos que teria sido preferível para os trabalhadores despedidos que se adoptasse o critério de 40 anos. Assim não o entenderam o PSD e o PS, de qualquer modo entre essa situação que consideramos melhor e esta, aceitamos perfeitamente a presente, daí o nosso voto de abstenção. Ou seja, nós não consideramos isto tão mau que merecesse a nossa desaprovação, embora não concordemos exactamente com esta proposta.

Presidente: Passamos à votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: A Anteposta de Lei n.º 2/95 foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Chegámos assim ao fim do Período da Ordem do Dia.

Antes, porém, a Mesa da ALRA propõe uma Proposta de Resolução declarando findo o Período Legislativo de Novembro.

Os Srs. Deputados que concordam, mantêm-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, antes de dar por encerrados os nossos trabalhos, queria agradecer em meu nome e do recém eleito Vice-Presidente da Mesa as saudações amigáveis que nos dirigiram.

Queria também agradecer a vossa colaboração na condução dos trabalhos e como não vamos estar reunidos em plenário até Janeiro do próximo ano, quero aproveitar este momento para desejar a todos os Srs. Deputados, aos Membros do Governo, ao Povo dos Açores, a todos aqueles que colaboram nos trabalhos parlamentares, às vossas famílias e a todos os órgãos de comunicação social, um Bom Natal e um Feliz Ano Novo.

Bom regresso às vossas casas.

Eram 14.00 horas.

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** - Dionísio de Sousa, Duarte Pires, Fernando Lopes, Fernando Meneses, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, José Nascimento Ávila; **PP** - Alvarino Pinheiro).*

*(Deputados que faltaram à Sessão: **PSD** - Artur Martins, Fátima Oliveira, José Maria Bairos; **PS** - Carlos César, José Humberto Chaves, Mário Machado, Nélia Figueiredo).*

As Redactoras da ALRA: *Ana Paula Garcia de Lemos Nazaré e Maria da Conceição Fraga*